

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA EDUARDA SKROSKI DE NOVAES

**A DESPATOLOGIZAÇÃO DAS PESSOAS TRANS: UMA ANÁLISE
DE DECISÕES DO DIREITO À IDENTIDADE DE GÊNERO**

CURITIBA

2017

MARIA EDUARDA SKROSKI DE NOVAES

**A DESPATOLOGIZAÇÃO DAS PESSOAS TRANS: UMA ANÁLISE
DE DECISÕES DO DIREITO À IDENTIDADE DE GÊNERO**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção de título de Bacharel em Direito, Curso de
Bacharelado em Direito, Setor de Ciências Jurídicas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Ana Carla Harmatiuk Matos
Coorientadora: Prof.^a Taysa Schiocchet

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA EDUARDA SKROSKI DE NOVAES

A DESPATOLOGIZAÇÃO DAS PESSOAS TRANS: UMA ANÁLISE DE DECISÕES DO DIREITO À IDENTIDADE DE GÊNERO

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito, pelo Curso de Bacharelado em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Ana Carla Harmatiuk Matos
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Coorientadora: Prof.^a Taysa Schiocchet
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof.^a Melina Girardi Fachin
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof.^a Ligia Ziggiotti de Oliveira
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Curitiba, 27 de novembro de 2017.

Dedico este trabalho ao caminho em que percorro, à minha grande família, e, especialmente, às fortes mulheres dela. Às amigas-irmãs, gratidão imensa. Amigos e colegas. Cada palavra e gesto foi essencial para cada passo (ou tropeço) dado.

AGRADECIMENTOS

Em momento de finalização de maravilhoso e árduo ciclo, sobressaem-se as marcas deixadas por Professoras que tanto ainda me inspiram pela sua dedicação à corajosa atividade de lecionar.

Como reais mentoras, não só Professoras, agradeço com a mais profunda sinceridade a cada uma que aqui venho a citar.

De modo cronológico, até onde minha memória permite lembrar, agradeço à Prof.^a Maria Cândida do Amaral Kroetz pela paciência e tolerância com as dúvidas ingênuas de quem acaba de pisar em meio acadêmico. Seus ensinamentos e atenção cuidadosa fazem engrandecer o conhecimento de qualquer estudante.

À Prof.^a Eneida Desiree Salgado, com quem tive a imensa oportunidade de acompanhar suas lições de Direito Público, que me são tão caras até os dias de hoje. Os diálogos esclarecedores acerca das problemáticas dos direitos fundamentais, as experiências de monitoria e a lógica que construi no decorrer dos anos em que acompanhei suas aulas, com certeza restam presentes neste trabalho que pude concluir.

À Prof.^a Melina Girardi Fachin, que de um primeiro contato com o direito internacional e os direitos humanos me levou à incrível sensibilidade de "ouvir, sentir e ver". Em exato momento de sentimentos de desistência, encontrava-me a desacreditar do meio resolutivo do Direito para com as mazelas sociais. Neste instante, porém, pude sentir a esperança. Equilíbrio e diálogo, entre a sensibilidade do ser e a objetividade do direito, com as quais busquei fundamentar as páginas que seguem.

À minha orientadora Prof.^a Ana Carla Harmatiuk Matos, que me apresentou aos direitos de ser o que se é. Da permissividade e liberdade de explorar às peculiaridades necessárias da academia, pude realizar a ponte que tanto esperava neste trabalho. Entre a lógica jurídica construída nos anos de graduação e o meu encontro de sujeito do desejo com o estudo da Psicanálise, que tanto me enriquece, sigo a aprender.

Não bastasse os encontros com mulheres tão fortes e admiráveis na graduação até então, como indicação da orientadora, foi-me apresentada minha co-orientadora Prof.^a Taysa Schiocchet. Com sua maestria exemplar e perspectiva inovadora, o diálogo se apresentou como real encontro, desde o primeiro momento.

Não há palavras para agradecer as conversas e construções realizadas neste ano de pesquisa e amizade.

O aprendizado da construção coletiva, entre mulheres, tanto prezado por minha orientadora, colocou a M.^a Andressa Regina Bissoloti para me auxiliar nos embates deste trabalho. Para além de orientar-me, agradeço imensamente a abertura e paciência por escutar minhas indignações e inquietações com os injustos sofrimentos dos sujeitos à quem endereço este trabalho.

Em meio disso, no olhar psicanalítico, um pouco distante – mas nem tanto – da Santos de Andrade, gostaria de agradecer encarecidamente às Professoras da Escola Brasileira de Psicanálise do Paraná, em especial à Prof.^a Célia Ferreira Carta Winter, Flávia Cêra e Inez Carneiro Brito.

O autoconhecer continua a aprofundar o respeito ao outro e a ampliar os limites da empatia. Em respeito aos direitos mais intrínsecos de cada ser, é preciso sentir.

*Nada foi
Feito o sonhado
Mas foi bem-vindo
Feito tudo
Fosse lindo*

Paulo Leminski

RESUMO

Dentre os inúmeros fatores sociais e culturais que estruturam a condição de marginalização das pessoas trans no Brasil, escolhe-se a patologização da identidade trans pela psiquiatria como ponto de investigação inicial deste trabalho. Apresenta-se, assim, que um dos principais equívocos ocasionados por essa problemática é o movimento de universalização da experiência trans pela comunidade médica, submetendo àqueles que não se encaixam aos padrões estabelecidos para esta identidade de gênero a mais um sofrimento mental. Para concretizar esta investigação, a análise pormenorizada de decisões judiciais do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Paraná nas ações de retificação de prenome social e/ou gênero das pessoas trans se coloca como ponto central da pesquisa. Encontrou-se, deste modo, uma possibilidade de constatar os efeitos do discurso patologizante da psiquiatria na sua concretude prática, assim como o estado em que se encontra a proteção ao direito à identidade de gênero e o movimento pela despatologização das pessoas trans, aqui defendido como uma saída à estigmatização e discriminação deste grupo. À luz de diálogo interdisciplinar, defende-se a necessidade de ampliação do movimento pela despatologização, de maneira a valorizar as singularidades e riquezas de cada experiência trans, com ênfase nas contribuições do olhar psicanalítico para o tema.

Palavras-chave: Direito à Identidade de Gênero. Pessoas Trans. Despatologização. Análise de Decisões. Ações de Retificação de Prenome Social e Gênero. Interdisciplinaridade. Psicanálise.

ABSTRACTS

Among all social and cultural elements that build the marginalized condition of Trans people, it was chosen as the initial object of investigation of this study the pathologization of trans identities. One of the main problems of the pathologization is the constant movement made by medical professionals towards a universalization of the Transgender experience, causing a psychological suffer to the ones that do not fit in the traditional gender identities. Therefore, to get hold of real aspects of this investigation, the detailed judicial decisions analysis in the Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul and Parana in name and gender rectification lawsuits turned out to be the main point of this reasearch. With that perspective, it was both possible to identify the practical effects of the pathological speech, as it was possible to understand where the gender identity right protection stands nowadays. So as the social movement for despathologization, defended in this work as the way out to eliminate the stigmatization and discrimination of this group. By interdisciplinary lens, this work defends the necessary expantion of this movement, as it has potencial to value the singularities trans experience as it should be, emphasizing on a psychoanalytic approach.

Key-words: Gender Identity Right. Trans People. Depathologization. Judicial Analysis. Name and Gender Rectification Lawsuits. Interdisciplinarity. Psychoanalysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - PORCENTAGEM DE CADA GRUPO, TJRS	24
GRÁFICO 2 - DIMENSÃO DOS GRUPOS NO DECORRER DOS ANOS, TJRS	25
GRÁFICO 3 - GRUPO 4 NO DECORRER DOS ANOS, TJRS	26
GRÁFICO 4 - CRITÉRIOS EXCLUDENTES TJPR	28
GRÁFICO 5 - PORCENTAGEM DE CADA GRUPO TJPR	30
GRÁFICO 6 - GRUPO 4, TJRS E TJPR, ATRAVÉS DOS ANOS	31
GRÁFICO 7 - GRUPO 4, TJRS NO DECORRER DOS ANOS	49
FIGURA 1 - CICLO DE VIOLÊNCIA DA PATOLOGIZAÇÃO DAS PESSOAS TRANS.....	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TERMOS DE BUSCA E RESULTADOS DO WEBSITE DO TJPR	21
TABELA 2 - TERMOS DE BUSCA E RESULTADOS DO WEBSITE DO TJRS	21
TABELA 3 - CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO UTILIZADOS NO TJPR	22
TABELA 4 - NÚMERO DE CASOS EM CADA GRUPO, TJRS	24
TABELA 5 - RESULTADO – 4 GRUPOS – TJPR	30
TABELA 6 - GRUPO 4, TJRS E TJPR, ATRAVÉS DOS ANOS	31

LISTA DE SIGLAS

AC	-	Apelação Cível
APA	-	Associação Americana de Psiquiatria
CFM	-	Conselho Federal de Medicina
CFP	-	Conselho Federal de Psicologia
CID	-	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
DSM	-	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
GGB	-	Grupo Gay da Bahia
LGBTI	-	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Interssexo
MPF	-	Ministério Público Federal
OMS	-	Organização Mundial da Saúde
RE	-	Recurso Especial
STF	-	Supremo Tribunal Federal
STJ	-	Supremo Tribunal de Justiça
SUS	-	Sistema Único de Saúde
TJPR	-	Tribunal de Justiça do Paraná
TJRS	-	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ANÁLISE DE DECISÕES NOS CASOS DE RETIFICAÇÃO DE PRENOME SOCIAL DE PESSOAS TRANS – TJPR E TJRS	19
2.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	19
2.1.1	As fases da pesquisa e seus resultados genéricos	21
2.2	AMOSTRAGEM – RESULTADOS QUANTITATIVOS	23
3	A RELAÇÃO ENTRE O SABER MÉDICO E O DIREITO	32
3.1	O PARADIGMA DO "TRANSEXUALISMO VERDADEIRO" E SUA PROBLEMÁTICA ATUAL	33
3.2	A REPRODUÇÃO DO DISCURSO PATOLOGIZANTE DAS PESSOAS TRANS PELO DIREITO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS ÀS PESSOAS TRANS	37
4	A DESPATOLOGIZAÇÃO DAS PESSOAS TRANS: HARMONIZAÇÃO DE SABERES PELO TRIBUNAL GAÚCHO	44
4.1	MOVIMENTOS SOCIAIS E MARCOS QUE AUXILIAM NA LUTA PELA DESPATOLOGIZAÇÃO	45
4.2	A PSICANÁLISE COMO INSTRUMENTO FORTALECEDOR DO MOVIMENTO PELA DESPATOLOGIZAÇÃO: A URGÊNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE A PSICOLOGIA E O DIREITO	50
4.3	A DESPATOLOGIZAÇÃO COMO POSSÍVEL ELEMENTO DE RUPTURA DO CICLO DE VIOLÊNCIA ÀS PESSOAS TRANS	61
5	CONCLUSÃO.....	71
	REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

Infelizmente, não há como negar que as pessoas trans (travestis, transexuais e transeñeros) foram historicamente, e ainda são, altamente discriminadas, além de frequentemente incompreendidas pelos familiares e amigos mais próximos. Sendo assim, elas são estigmatizadas, deixadas à margem sem nenhum apoio, o que contribui para a aceitação e a naturalização da violência física e psicológica que essas pessoas sofrem em uma sociedade conservadora e paternalista como a brasileira.

Não raro, o preconceito vivenciado diariamente por pessoas trans se concretiza em uma série de desrespeitos aos seus direitos mais básicos, como o direito à identidade, à dignidade humana, à saúde, à integridade física, à educação, ao trabalho e à liberdade. Assim, para essas pessoas, a tão esperada Constituição Cidadã não se apresenta na sua vida diária – muito pelo contrário: esse grupo sofre violações a sua dignidade humana apenas por expressar a sua identidade de gênero.

A marginalização da população trans se escancara novamente diante da falta de dados oficiais acerca dos inúmeros assassinatos contra a comunidade LGBTI. Ainda assim, apesar da dificuldade de recolhimento de dados a respeito dos crimes anti-LGBTI, o Brasil é considerado o país onde mais ocorrem assassinatos de pessoas trans no mundo.¹

Frente a essa alarmante situação, muitas organizações civis surgiram em meio ao movimento LGBT nos últimos anos com o intuito de apoiar esse grupo social vulnerável. Nessa esteira, a Advocacia Popular Grupo Gay da Bahia (GGB) tem realizado um grande trabalho no levantamento de dados de assassinatos da comunidade no país. Em pesquisas recentes, o GGB constatou que um crime de ódio contra a comunidade LGBT ocorreu a cada 27 horas em 2015 no Brasil, e que, proporcionalmente, pessoas *trans* sofrem 14 vezes mais riscos de serem assassinadas que gays.²

Não bastando, de acordo com um levantamento realizado pela organização internacional *Transgender Europe*, o Brasil comporta mais da metade dos homicídios

¹ Para maiores informações: MOTA, Jessica. Transfobia: um tapa na cara. **Carta Capital**, 15 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-tapa-na-cara-5322.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

² Para maiores informações> GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Assassinato de LGBT no Brasil: Relatório 2015**. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

de pessoas trans na América Central e do Sul, contabilizando 689 mortes de janeiro de 2008 a dezembro de 2014.³ Em 2012, o relatório sobre crimes homofóbicos no Brasil publicado pela Secretaria de Direitos Humanos (conhecida hoje como Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos) revelou aumento de 166% no número de denúncias no Disque 100 em relação a 2011 (de 1.159 denúncias que envolviam 1.1713 vítimas para 3.084 denúncias com 4.815 vítimas da comunidade LGBT).

Ainda mais recentemente, para demonstrar que o problema não cessa e continua a crescer, a Rede Trans Brasil disponibilizou o dossiê "A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans", um relatório com altos índices de violência e transfobia. Apenas em 2016, fala-se em 144 mortes de pessoas trans, o que coloca o Brasil como o país que mais assassina pessoas trans no mundo, estando o México em segundo, com apenas 42% da média brasileira. Para comprovar que as pesquisas não enganam, essa situação preocupante se reflete na pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que demonstra que a expectativa de vida das pessoas trans não passa dos 35 anos, menos que a metade da média de 74,9 anos da população brasileira em geral. Diferença gritante que não pode ser ignorada.

Diante desse assustador cenário em que o Brasil se encontra, reflete-se acerca dos fatores que contribuem para a perpetuação da violência física e psicológica contra as pessoas trans de maneira tão cruel.

Dentre os inúmeros obstáculos sociais e culturais que contribuem para a segregação das pessoas trans na sociedade brasileira, a patologização pela psiquiatria será o objeto de investigação deste trabalho na medida em que se coloca como um fator estruturante e propulsor da estigmatização e discriminação desse grupo.

Assim, o trabalho de investigação aqui será entender, por meio de pesquisa nas decisões judiciais nos Tribunais de Justiça do Paraná e do Rio Grande do Sul – especificamente, nas ações de retificação do prenome social e/ou gênero das pessoas trans –, de que maneira o discurso médico patologizante das pessoas trans repercute nas instituições da justiça, para então analisar algumas decisões paradigmáticas encontradas que demonstram qual o discurso dos tribunais acerca de um assunto tão

³ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL TRANSGENER EUROPE. **Legal Gender Recognition: Change of name.** Disponível em: <<http://transrespect.org/en/map/legal-gender-recognition-change-of-name/>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

caro às pessoas trans: o direito à identidade de gênero e a possibilidade de se identificar com seu próprio nome.

Como o ordenamento jurídico brasileiro ainda não reconhece de modo expresso o direito à identidade de gênero e não possui leis sobre retificação do prenome social, as decisões judiciais se colocam como elemento importante dessa demanda humana e social cada vez mais eminente.

Nesse sentido, assim como nos casos complexos sobre transfusões de sangue urgentes em testemunhas de Jeová, ou nos casos de aborto legal de fetos anencéfalos⁴, constata-se que, também na seara do direito à identidade de gênero, o Poder Judiciário brasileiro tem construído entendimentos importantíssimos.

Por isso a análise das decisões judiciais é ponto central deste trabalho. Afinal, na falta de legislações específicas a respeito, as decisões acabam por tratar, de alguma forma, do direito à identidade de gênero na dinamicidade e velocidade em que a demanda social se encontra.

A análise realizada neste trabalho teve como pano de fundo as discussões da Psicanálise sobre as identidades de gênero e, em especial, sobre a despatologização das pessoas trans. Ou seja, buscou-se, bebendo também de outras fontes, subsídios para melhor compreender a psique humana e, com isso, emprestar ao Direito as valiosas lentes da interdisciplinaridade.

Para iniciar essa conversa interdisciplinar, o esclarecimento prévio de alguns termos se faz necessário.

Quando se fala em "patologização das pessoas trans", por exemplo, explica-se que, atualmente, a Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde, aborda a "transsexualidade" como um transtorno de identidade de gênero, enquanto o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais a identifica como uma "disforia de gênero", o que coloca as pessoas trans como "loucas" ou "doentes" perante a sociedade ao invés de acolher essa identidade de gênero na sua belíssima diversidade, complexidade e singularidade, deixando de atentar para as necessidades peculiares de cada pessoa.

⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 54**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiarnoticiastf/anexo/adpf54.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

A patologização das pessoas trans pela medicina envolve uma série de questões, mas um dos principais problemas está no que a comunidade médica chama de “transsexualismo verdadeiro”.⁵ Esse rótulo, universalizou a experiência trans, determinando uma série de características específicas que o “transexual verdadeiro” deveria ter para diferenciá-lo de outras condições semelhantes e, então, ser-lhe permitida a mudança de sexo ou mesmo a simples expressão de sua identidade de gênero sem que fosse patologizado como psicótico, por exemplo.

Contudo, essa delimitação acaba por restringir a experiência transexual a uma forma específica de subjetivação com pressupostos e referenciais da normatividade sexual tradicional, passando longe de representar as vivências das pessoas trans em sua subjetividade. Afinal, condicionar a atribuição do rótulo de “transexual verdadeiro” a prévia modificação corporal do sexo e a atendimentos regulares psiquiátricos e psicológicos é uma afronta ao direito à identidade de gênero dessas pessoas.

Ainda que pareça um atendimento médico como outro qualquer, conduta como essa impõe ao sujeito que se adapte aos padrões de identidade determinados, submetendo muitos que não se enquadram nesses moldes a um sofrimento mental, para além daquele gerado pela discriminação e preconceito social diários em função do desacordo entre genitália, identidade de gênero e orientação sexual.

Diante disso, ganha relevo a problemática do reflexo do saber médico e normatização nas decisões judiciais brasileiras.

Ainda que pesquisas estatísticas apontem para o Judiciário brasileiro como um sistema que não delimita o requisito da cirurgia de mudança de sexo⁶ para a retificação do nome civil ao nome social, pesquisas jurisprudenciais e movimentos LGBTI apontam o contrário: esse posicionamento seria ainda minoritário e bem recente dos tribunais e muitos juízes, o que os faz continuar a conceder a mudança de nome apenas com o requisito implícito de a pessoa trans ter realizado a cirurgia de transgenitalização, e outros nem mesmo com cirurgia.

⁵ MURTA, Daniela. "Entre o transsexualismo verdadeiro" e a diversidade da experiência trans: uma discussão crítica sobre a produção da identidade transexual universal. In: SILVA, Daniele Andrade da; HERNÁNDEZ, Jimena de Garay; SILVA JÚNIOR, Aureliano Lopes; UZIEL, Anna Paula (Orgs.). **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate**. Organização de Daniela Andrade da Silva et al. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.65.

⁶ Mapa elaborado pela Organização Internacional Transgender Europe. (**TMM Idahot Update 2015**. Disponível em: <<http://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>>. Acesso em: 28 nov. 2016).

Para agravar ainda mais a situação, muitas pessoas trans se submetem a cirurgias de mudança de sexo sem o real desejo subjetivo de fazê-lo, violando a sua integridade física, psíquica e moral para atender ao perfil do Judiciário a fim de obter o direito de se identificar com seu próprio nome, condição indispensável à garantia do direito à dignidade humana. Assim, a violação aos direitos fundamentais das pessoas trans torna-se um ciclo infundável.

Nesse sentido, questiona-se como o Poder Judiciário protegerá as singularidades de cada sujeito? Quando muitos peritos, médicos e psicólogos, encontram-se imersos em um movimento de medicalização, normatização e patologização de sujeitos que deveriam ser ouvidos e atendidos na sua singularidade? O que traz esperanças é que as decisões judiciais brasileiras tem se mostrado cada vez mais progressistas.

Apesar de ainda existirem decisões retrógradas que concedam a retificação do prenome social apenas com a constatação, por meio de laudos médicos, da cirurgia de transgenitalização, existem movimentos progressistas que permitem tanto a modificação do prenome social no registro público, como o sexo biológico sem prévia cirurgia de transgenitalização – ainda que solicite o acompanhamento psicológico e a necessidade de um laudo pericial que comprove a identidade de gênero divergente do requerente.

Nessa toada, é importante ressaltar que, desde a década de 1990, ativistas trans têm avançado com o movimento pela despatologização da transexualidade⁷, denunciando o caráter reducionista e estigmatizante do "transsexualismo verdadeiro". O Conselho Federal de Psicologia do Brasil, por exemplo, que por muito tempo acompanhou a psiquiatria na patologização e na busca pelo diagnóstico acima da compreensão da singularidade do sujeito, lançou a campanha nacional pela "Despatologização das Identidades Trans e Travestis"⁸ em 2015, com vistas a conscientizar profissionais da saúde acerca dos malefícios da normatização dos gêneros.

⁷ MURTA, Daniela. "Entre o transsexualismo verdadeiro" e a diversidade da experiência trans: uma discussão crítica sobre a produção da identidade transexual universal. In: SILVA, Daniele Andrade da; HERNÁNDEZ, Jimena de Garay; SILVA JÚNIOR, Aureliano Lopes; UZIEL, Anna Paula (Orgs.). **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate**. Organização de Daniela Andrade da Silva et al. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.77.

⁸ Para maiores informações acerca da Campanha Nacional do Conselho Federal de Psicologia: **Despatologização das identidades trans e travestis**. Disponível em: <<http://despatologizacao.cfp.org.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2017).

O que se percebe é que psicólogos do movimento têm criticado a concepção universal do sujeito, buscando alertar profissionais da saúde acerca da importância da escuta livre de preconceções do paciente e do experimento de cada sujeito com seu corpo, sexualidade e gênero singulares. A ideia é desconstruir o argumento de que a despatologização dificultaria ainda mais o acesso à saúde a esse grupo social marginalizado pela falta de um diagnóstico de fácil acesso para os profissionais. Ao contrário, argumenta-se que, a desconstrução dos preconceitos e identidades de gênero tradicionais dos profissionais de saúde refletirá em uma ampliação do direito à saúde.

Dentre as variadas linhas da psicologia, a compreensão da despatologização será, neste trabalho, auxiliada pelo olhar contemporâneo da Psicanálise, instrumento de fortalecimento do pensamento de que a experiência transexual comporta variadas formas de subjetivação, com lugares de identidade que se apresentam em cada indivíduo de uma forma singular.

Sobre esse pano de fundo, a reflexão a respeito do papel do Direito na garantia dos direitos das pessoas trans exsurge. Considera-se que o Direito falha quando se mantém como única fonte do saber, sobrepondo-se agressivamente em muitas demandas judiciais aos sujeitos a quem as decisões são endereçadas, sem escutar atentamente o sujeito que ali demanda auxílio ao ordenamento jurídico e ao Judiciário. O resultado são decisões desproporcionais e ineficazes, baseadas em um ordenamento jurídico repleto de lacunas e que não atende às reais necessidades dos sujeitos a quem, em tese, protegem.

2 ANÁLISE DE DECISÕES NOS CASOS DE RETIFICAÇÃO DE PRENOME SOCIAL DE PESSOAS TRANS – TJPR E TJRS

Para analisar o quadro da patologização das pessoas trans no Brasil, este trabalho buscará compreender, por meio de pesquisa em decisões judiciais realizada em dois tribunais da região Sul do país – o Tribunal de Justiça do Paraná e o do Rio Grande do Sul – o discurso adotado por magistrados em decisões referentes à retificação de prenome social e/ou gênero das pessoas trans.

Compreende-se que a identificação com o próprio nome é um direito fundamental de qualquer indivíduo⁹, sendo a sua eficácia essencial para a realização pessoal do indivíduo; além dos aspectos práticos da necessidade de um Registro Civil com o qual a pessoa se identifique, sem que isso lhe cause constrangimentos. O nome como essencial para a construção e solidificação da identidade, como início de si.

Um olhar atento sobre as decisões dos tribunais nacionais revela que o discurso fundado na patologização das pessoas trans começa a ceder lugar a uma visão mais humana de identidade de gênero, permitindo que se lance outro olhar sobre essas pessoas e permitindo, acima de tudo, a possibilidade da sua despatologização.

2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Quanto à metodologia adotada neste trabalho, optou-se pelos moldes da pesquisa jurisprudencial analítica¹⁰, que, por ser trabalho artesanal, não se assemelha à análise jurisprudencial de lógica advocatícia – onde se buscam as decisões que sustentem o posicionamento individual daquele que reflete acerca de um assunto. O trabalho realizado será de análise geral dos julgados encontrados, sem escolher apenas os julgados que interessam ao argumento defendido neste trabalho.

⁹ SANCHES, Patricia Corrêa. Mudança de nome e de identidade de gênero. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p.560.

¹⁰ Referência de metodologia extraída de artigo apresentado no Congresso Sociology of Law (SCHIOCCHE, Taysa; LAZZARETTI, Bianca Kaini. Dna Databases for Criminal Prosecution Purposes: An Analysis of the Privilege against Self-incrimination from Jurisprudence of the Brazilian Higher Courts. In: CONGRESSO DO MESTRADO EM DIREITO E SOCIEDADE DO UNILASALLE, 2015, Canoas. **Anais...** Canoas, RS, 2015).

O escopo da análise foram decisões prolatadas no TJPR¹¹ e no TJRS¹² entre os anos de 2007 e 2017, período que contém amostragem considerável de decisões, que possam apresentar (ou não) os avanços de diferentes momentos do movimento pela despatologização.

Finalmente, a seleção dos tribunais reflete tentativa de dar maior concretude à teoria utilizada neste trabalho, uma vez que as duas Cortes localizam-se no Sul do país. Além do mais, contribuiu para a escolha o caráter progressista de muitas decisões do TJRS, principalmente no que concerne a temas atuais.

Nessa toada, a análise das decisões judiciais está dividida em 4 fases bem delimitadas.

A primeira fase refere-se à coleta de dados na sua forma quantitativa. Durante essa etapa, escolheu-se com cuidado termos de busca específicos que pudessem abranger o tema na sua totalidade. Assim, organizados os documentos e os dados apanhados nos dois tribunais e feita uma seleção prévia de acórdãos e decisões monocráticas para posterior análise, passou-se para a segunda fase.

A etapa seguinte compreende um apanhado quantitativo dos casos encontrados em cada tribunal e a análise ementária, por meio da qual foi possível escanear todos os julgados a fim de compreender o seu teor, distinguindo, ainda que de maneira superficial, decisões padrão de decisões excepcionais.

A partir dessa fase, com o intuito de fazer estudo mais completo da vasta gama de julgados encontrados, escolheu-se dividir os casos em quatro grupos, a depender do resultado do julgamento – se deu provimento ou não à retificação do nome e se condicionou ou não a retificação do Registro Civil à cirurgia de alteração de gênero ou outra condição qualquer.

Essa etapa permitiu identificar quantos julgados se enquadraram em cada grupo, informação que representa diversas realidades no país e que também podem revelar como se encontra o movimento de acolhimento das demandas judiciais em relação à identidade de gênero.

¹¹ A busca jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Paraná, está disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/>>. Acesso em: 06 out. 2017.

¹² A busca jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul está disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/busca/search>>. Acesso em: 06 out. 2017.

Classificada toda a amostragem entre esses quatro grupos, iniciou-se a análise qualitativa da terceira fase, em que foram elaborados gráficos e tabelas para melhor ilustrar os resultados encontrados e, a partir disso, ter uma visão ampla da totalidade dos casos de cada tribunal, além de compreender eventuais mudanças de paradigma nos Tribunais e, finalmente, comparar os resultados encontrados em cada uma delas.

Dessa forma, partiu-se para a quarta e última fase, uma etapa qualitativa e mais aprofundada em que se examinou detalhadamente os julgados selecionados anteriormente. Diante dos resultados da terceira fase, foi possível selecionar os julgados que melhor representam as decisões judiciais dos tribunais em cada grupo.

2.1.1 As fases da pesquisa e seus resultados genéricos

Na primeira fase, como explicitado acima, foram escolhidos quatro termos de pesquisa para utilizar nos websites dos tribunais: transexual, "retificação nome social gênero", transgenitalização e, por fim, transexualismo – pois, ainda que se defenda neste trabalho que se trata de um termo equivocado e estigmatizante, observou-se durante a pesquisa que é muito utilizado nas decisões.

Com base nesses termos, foram encontrados os seguintes resultados no TJPR:

TABELA 1 - TERMOS DE BUSCA E RESULTADOS DO WEBSITE DO TJPR

TERMO UTILIZADO NA BUSCA	RESULTADO
Transexual	15
"retificação nome social gênero"	5
Transgenitalização	-
Transexualismo	24
TOTAL	44

FONTE: A autora.

E, com base nos mesmos termos de busca, no TJRS, a pesquisa resultou no seguinte:

TABELA 2 - TERMOS DE BUSCA E RESULTADOS DO WEBSITE DO TJRS

TERMO UTILIZADO NA BUSCA	RESULTADO
Transexual	44
"Retificação nome social gênero"	12
Transgenitalização	59
Transexualismo	58
TOTAL	173

FONTE: A autora.

Como se vê, foram encontrados 44 julgados no TJPR e 173 no TJRS – um total de 217 casos, de 2007 a 2017. A essa totalidade de casos, aplicou-se quatro critérios de exclusão em busca de uma análise quantitativa mais precisa, são eles: 1) a repetição de julgados entre os quatro termos de busca; 2) julgados com segredo de justiça, sobre os quais não seria possível realizar uma análise de resultados; 3) outros objetos de ação que não fossem as ações de retificação de prenome social e gênero. Após a finalização da amostragem, foi possível estabelecer o quarto e último critério de exclusão inicial, que foram os 4) diversos casos de conflito de competência encontrados no TJPR, aspecto que será melhor abordado no decorrer do trabalho.

Para organizar os critérios excludentes, foram estruturadas tabelas como o exemplo a seguir, feito com os julgados do TJPR:

TABELA 3 - CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO UTILIZADOS NO TJPR

CRITÉRIOS	TERMO			
	Transexual	Retificação	Transgenitalização	Transexualismo
Casos Repetidos	--	2	--	2
Segredo de Justiça	4	1	--	1
Conflito de Competência	2	2	--	21
Outros Objetos	3	--	--	--
Total - Vertical	15	5	--	25
Total para Análise – vertical - (com critérios excludentes)	5	--	--	--

FONTE: A autora.

Realizada mais essa filtragem, restaram 55 julgados do TJPR e 80 do TJRS, totalizando 85 julgados, os quais foram redistribuídos segundo os termos utilizados na busca inicial com a indicação completa da ementa de cada caso.

Após leitura panorâmica das ementas encontradas, foi possível estabelecer quatro grandes grupos para classificá-las: a) Grupo 1: decisões em que foi negado provimento à retificação do prenome social e gênero das pessoas trans; b) Grupo 2: decisões em que foi dado provimento à retificação do prenome social, com a negativa da alteração do gênero; c) Grupo 3: decisões em que foi dado provimento à alteração do prenome social e do gênero do Registro, contanto que fosse comprovada a realização da cirurgia de transgenitalização; e, por fim, d) Grupo 4: decisões em que foi dado provimento à retificação do prenome social e à alteração do gênero no Registro sem a necessidade da cirurgia de redesignação sexual, grupo que representará, neste trabalho, indícios de abertura ao movimento pela despatologização.

A partir dos resultados da segunda etapa e da distribuição da amostra de julgados em grupos, partiu-se para a terceira fase, em que foram elaborados gráficos e tabelas para ilustrar os resultados do enquadramento qualitativo dos grupos e retirar conclusões.

Por fim, na quarta etapa, foram escolhidos 50 julgados: 9 do TJPR (dos quais 4 se discute apenas conflito de competência) e 41 do TJRS. Como se explicará na sequência, essa nova filtragem teve como objetivo possibilitar análise detida dos argumentos utilizados pelos magistrados nas fundamentações das decisões.

Percebeu-se que, de um total de 85 julgados, muitos eram extremamente parecidos – quanto à situação decidida, quanto à forma de decidir e quanto à data da decisão (foram julgados no mesmo dia). Assim, não se mostrou necessária ou eficaz a análise pormenorizada de todos esses julgados, optando-se por selecionar apenas 50 (um exemplar para cada padrão que se repetia), sendo escolhidos, na média, mais de um julgado por ano da década analisada.

Todo esse percurso de pesquisa, seleção e análise das decisões almeja, como dito, refletir sobre o posicionamento dos tribunais quanto à retificação, no Registro Civil, do prenome social e o gênero das pessoas trans e, para tanto, não basta avaliar as ementas. Pelo contrário: é de extrema importância que se analise detalhadamente a fundamentação de cada decisão selecionada para avaliar as considerações, os critérios e os discursos que vão definir o bem-estar daqueles que buscam o Judiciário para adequar os seus registros com a sua identidade de gênero.

A busca pelo Judiciário para sanar uma questão como a mudança do Registro Civil, que, aos olhos de quem vê, pode parecer pequena, é, na verdade, um avanço tremendo na vida daqueles que demandam. Afinal, trata-se de uma violência diária a menos sofrida pelas pessoas trans, que deixam de se constrangerem com seu próprio nome em situações diárias básicas e essenciais ao seu bem-estar e possibilidade de efetiva vida digna, como o acesso ao ensino, trabalho, saúde, família e amigos.

2.2 AMOSTRAGEM – RESULTADOS QUANTITATIVOS

Como apresentado acima, ao realizar o apanhado quantitativo e organizar os julgados pelas suas ementas – primeira fase da análise –, foi possível avançar para o segundo momento da pesquisa e realizar uma análise qualitativa capaz de

desenhar quadro panorâmico do movimento dos tribunais quanto às decisões concernentes às ações de retificação de prenome social, acompanhadas ou não do pedido de alteração de gênero no registro.

Dessa forma, dar-se-á início à análise dos dados dos tribunais separadamente: primeiro do TJRS, com número muito maior de dados, e depois do TJPR; para que, então, seja possível comparar os resultados obtidos em cada um dos tribunais.

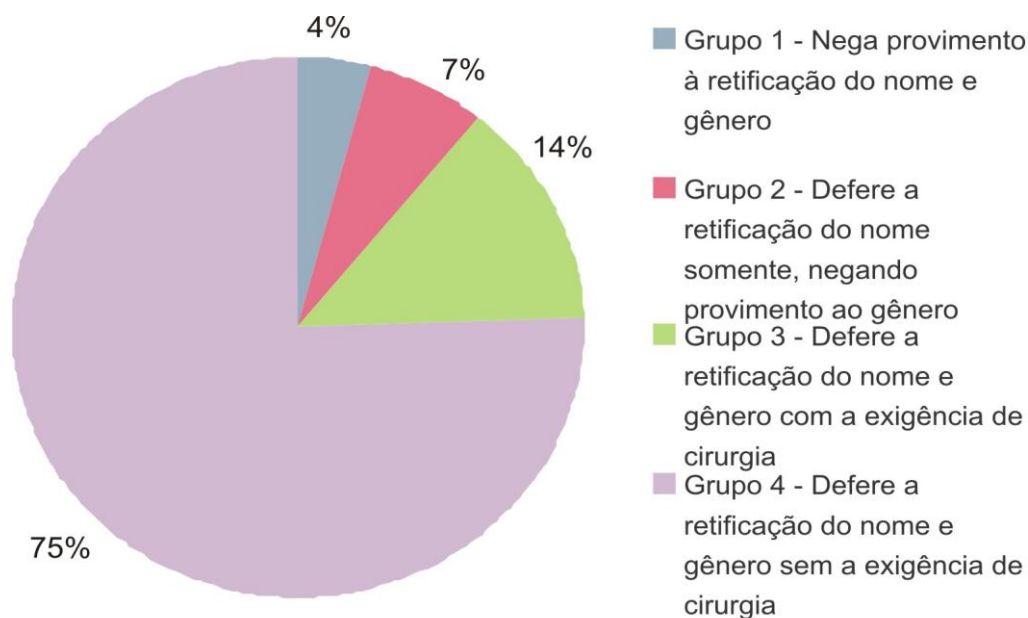
Inicialmente, foi elaborado gráfico em forma de "pizza", para visualizar o quadro geral dos casos do TJRS, em porcentagem. Abaixo, o gráfico e a tabela que o originou:

TABELA 4 - NÚMERO DE CASOS EM CADA GRUPO, TJRS

DECISÃO	TOTAL DE CASOS
Grupo 1 - Nega provimento à retificação do nome e gênero	3
Grupo 2 - Defere a retificação do nome somente, negando provimento ao gênero	5
Grupo 3 - Defere a retificação do nome e gênero com a exigência de cirurgia	10
Grupo 4 - Defere a retificação do nome e gênero sem a exigência de cirurgia	56
TOTAL	74

FONTE: A autora.

GRÁFICO 1 - PORCENTAGEM DE CADA GRUPO, TJRS



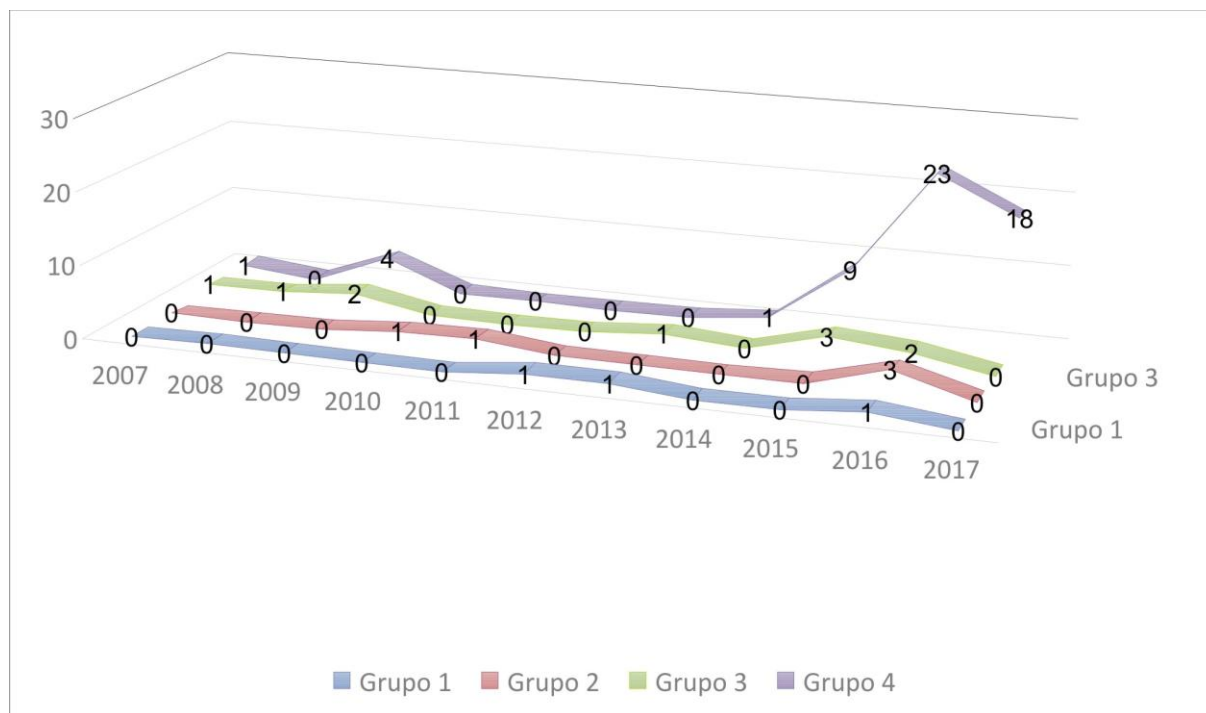
FONTE: A autora.

Em leitura superficial e isolada desse gráfico, seria possível dizer que o TJRS consolidou entendimento em relação à desnecessidade da cirurgia para a alteração do Registro Civil de pessoas trans, visto que o grupo 4 comportaria quase 80% das decisões analisadas. O TJRS estaria, então, representando a sua reputação de tribunal progressista em relação às questões de gênero no país, no sentido de não colocar o indivíduo em um padrão, dizendo para ele quais as atitudes necessárias, como a realização da cirurgia, para que ele possa se identificar com o gênero que deseja.

Contudo, com o desenvolvimento do restante da pesquisa e dos gráficos, percebeu-se que esse gráfico não demonstra com clareza a realidade das decisões do TJRS sobre o tema, pois exclui aspecto essencial para representação precisa da situação: o aspecto temporal. É que, dentre os inúmeros julgados encontrados no TJRS, identificou-se a necessidade de uma análise qualitativa no decorrer dos anos da década escolhida, visto que o número de julgados aumentou progressivamente nos últimos quatro anos.

Para melhor ilustrar esse movimento progressista do TJRS, foi elaborado o seguinte gráfico:

GRÁFICO 2 - DIMENSÃO DOS GRUPOS NO DECORRER DOS ANOS, TJRS



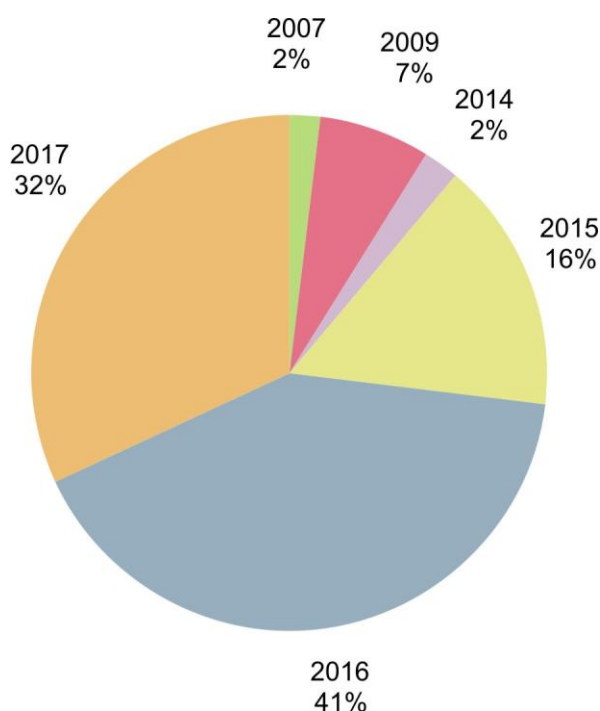
FONTE: A autora.

Assim, com maior clareza, é possível chegar a algumas conclusões quantitativas que possibilitam suposições qualitativas acerca do tema.

Dentre os 80 julgados do TJRS, constata-se que 57 (76%) pertencem ao Grupo 4 de análise – o grupo das decisões que possibilitam a alteração do nome e gênero sem o requisito da realização da cirurgia de transgenitalização. Essa conclusão é, à primeira vista, extremamente positiva, pois significa que o Direito tem rejeitado a ideia ultrapassada do "transexualismo verdadeiro"¹³ e reconhecido que não existem requisitos implícitos ou forma concreta para um ser humano se identificar como uma pessoa trans, sendo a análise individual de cada situação o único caminho para proferir decisões coerentes e justas.

Acontece que essa constatação se torna problemática quando se observa que dessas 57 decisões pertencentes ao Grupo 4, 73% deles são ações apenas dos últimos dois anos (2016 e 2017) – como demonstra o próximo gráfico, e como demonstra o pico do gráfico acima.

GRÁFICO 3 - GRUPO 4 NO DECORRER DOS ANOS, TJRS



FONTE: A autora.

¹³ Termo que será melhor abordado no capítulo seguinte, item 2.1.

Ou seja, ainda é prematuro esse movimento que reflete nas decisões judiciais de respeito aos direitos mais básicos e fundamentais das pessoas trans, pois, como demonstra o Gráfico 2 (p. 25), foi apenas em 2015 que decisões do tipo 4 realmente se tornaram majoritárias. Anteriormente a esse movimento, a maior parte das decisões se enquadrava no grupo 3, com 13% do total, 10 julgados no decorrer dos anos (gráfico 1). Aliás, ainda que esse entendimento seja controverso, ele continua a ocorrer no TJPR, como se demonstra em seguida.

Como se vê, a suposição inicial de que o movimento pela despatologização das pessoas trans seria uma constante entre as decisões do TJRS é equivocada. Mesmo porque decisões do grupo 3 persistiram nos anos de 2015 e 2016, quando o grupo 4 já havia se tornado predominante e, ainda que o número seja ínfimo em relação aos julgados do tipo 4, a presença de decisões tão divergentes em um mesmo tribunal chama a atenção e deve ser mencionado.

Ainda que a análise do caso a caso seja necessária para o julgamento das demandas de alteração do Registro Civil, o grupo 3 não poderia continuar a ser uma constante em um tribunal com tantos julgamentos no grupo 4. Cenário como esse cria insegurança jurídica e viola diversos direitos, que serão melhor abordados no próximo capítulo, de um grupo vulnerável que deveria ser respaldado com ainda mais cuidado pelo Estado Democrático de Direito e seus agentes.

Como ponto positivo na pesquisa, apesar da insistência de decisões do grupo 3 entre 2015 e 2016 (Gráficos 2 e 3), o ano de 2017 viu crescer os casos do tipo 4 e, além disso, ao menos até a metade do ano, não foi verificado nenhum julgado do grupo 3.

Assim, percebe-se como as atualizações acerca das identidades de gênero trans podem vir a atingir os tribunais e seus entendimentos, dando espaço para fazer crescer o movimento pela despatologização também nesta seara.

Contudo, ainda que decisões do tipo 4 afastem a necessidade de cirurgia para a retificação do prenome (o que seria uma afronta a diversos direitos fundamentais à pessoa trans – direito à saúde, integridade física, intimidade, etc.), na terceira fase deste estudo, observou-se que o discurso patologizante ainda está muito vivo nas decisões na medida em que laudos técnicos, médicos e mesmo o "diagnóstico de transexualismo" são utilizados como requisito indispensável para a retificação do prenome social e alteração do gênero.

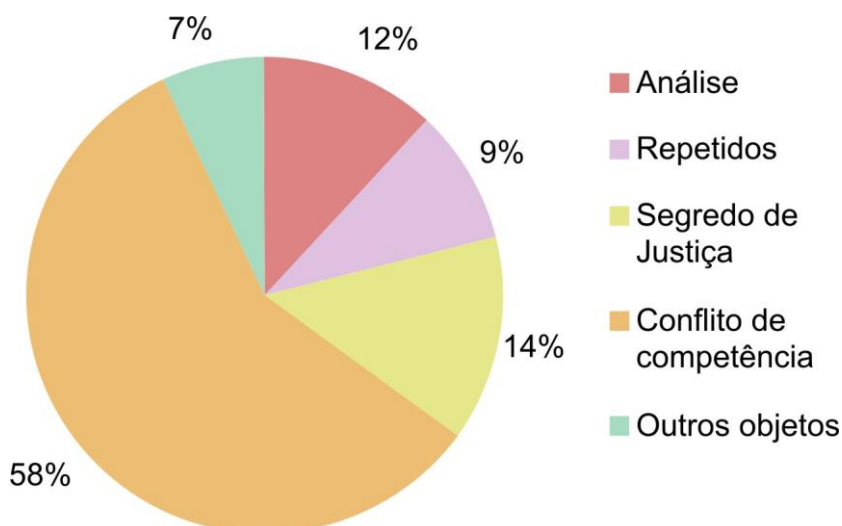
Agora, serão analisados os resultados do TJPR para, em seguida, compará-los àqueles obtidos junto ao TJRS.

Adianta-se que os julgados encontrados no TJPR são menos numerosos. Já na primeira fase da pesquisa, em resposta aos mesmos termos de busca, no Tribunal paranaense foram encontrados aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos julgados localizados no TJRS. Essa situação não só dificulta a análise aprofundada dos julgados e a obtenção de um panorama geral do entendimento do Tribunal, mas também é problemática a relutância do TJPR no que se refere ao atendimento desse grupo vulnerável.

A propósito, sabe-se que existem critérios internos determinados por cada tribunal para a disponibilização dos julgados em sua área de pesquisa jurisprudencial. São escolhidas, em tese, as decisões mais representativas do entendimento dos tribunais em questão. Tal informação é importante para nortear a pesquisa, pois alerta sobre a possibilidade de que alguns julgados em tese compatíveis com os termos de busca escolhidos não tenham sido disponibilizados pelos tribunais.

Já na primeira fase da pesquisa junto ao TJPR, um ponto se destacou: foi necessária a atribuição de um critério de exclusão diferente para rejeitar as inúmeras decisões que se referiam ao conflito de competência, visto que não seria produtiva a análise dos julgados que acabaram com o entendimento de declínio de competência.

GRÁFICO 4 - CRITÉRIOS EXCLUDENTES TJPR



FONTE: A autora.

O número de ações que se postergaram por essa razão é alarmante e deve ser apontado. Do total de casos encontrados com os mesmos termos de busca iniciais no website do TJPR, restaram apenas 12% para análise de mérito, já que mais da metade dos registros encontrados (58%) se referiam a conflito de competência. As suas ementas, aliás, tinham o mesmo teor e julgavam apenas essa parte processual, sem analisar o mérito dos inúmeros pedidos urgentes pela alteração de nome.

O ápice no número de ações de retificação julgadas por conflito de competência ocorreu em 2015, quando, dos 25 registros encontrados com o termo de busca "transexualismo", 21 tinham ementas idênticas, todas elaboradas pelo mesmo magistrado, declinando a competência para a Vara da Família. E mais: em 2011¹⁴, julgados semelhantes alegavam a existência de entendimento do tribunal para declinar a competência para a Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórios.

Ou seja, aqueles que demandam com urgência pela alteração de seu prenome social e gênero no Registro Civil permanecem em dúvida sobre onde podem (ou devem) ingressar com a ação para que tenham a resposta mais rápida, situação que agrava a condição de insegurança jurídica e violações diárias dessas pessoas.

Entre as inúmeras dificuldades que uma pessoa trans enfrenta em uma sociedade permeada por muitos preconceitos em relação à identidade de gênero, a alteração do prenome social pode ser o primeiro passo para quem precisa ingressar, sem constrangimentos e maiores preconceitos, em uma escola, em uma universidade, para o comparecimento em uma entrevista de emprego, entre outras situações básicas para uma vida digna. Ou seja, a espera sem previsão de resolução de uma decisão que declina competência, uma questão meramente processual, pode causar ainda mais angústia a quem já passa por sofrimentos diários e diversas situações de preconceito.

Em relação aos seis casos em que será possível a análise de mérito, avançou-se para a segunda fase da pesquisa, dividindo esses julgados nos mesmos quatro grupos da seção anterior. São estes os resultados:

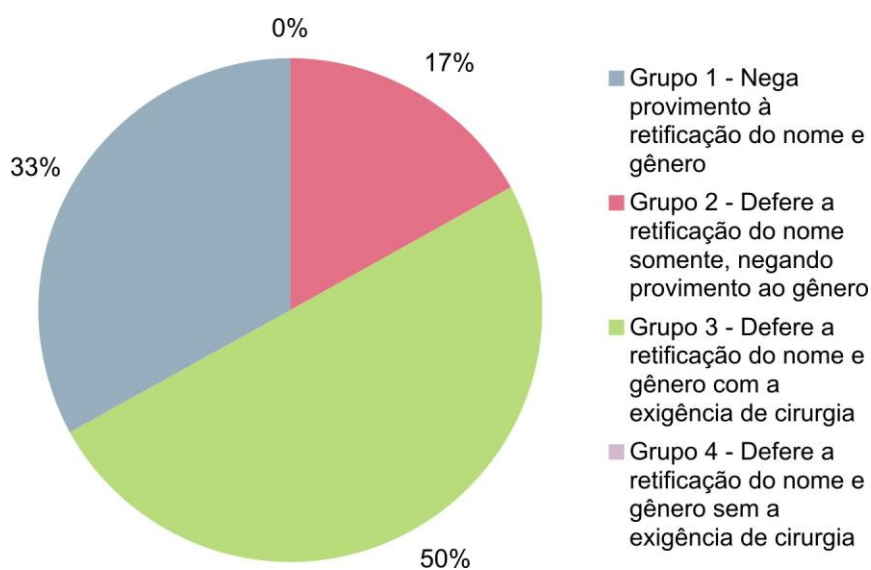
¹⁴ PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. **Conflito Negativo de Competência 801877-1**. Relator: Antonio Domingos Ramina Junior. Julgamento: 02/08/2011. Órgão Julgador: 11.^a Câmara Cível em Composição Integral. Publicação: 04/08/1011.

TABELA 5 - RESULTADO – 4 GRUPOS – TJPR

DECISÃO	TOTAL DE CASOS
Grupo 1 - Nega provimento à retificação do nome e gênero	1
Grupo 2 - Defere a retificação do nome somente, negando provimento ao gênero	0
Grupo 3 - Defere a retificação do nome e gênero com a exigência de cirurgia	3
Grupo 4 - Defere a retificação do nome e gênero sem a exigência de cirurgia	2
TOTAL	6

FONTE: A autora.

GRÁFICO 5 - PORCENTAGEM DE CADA GRUPO TJPR

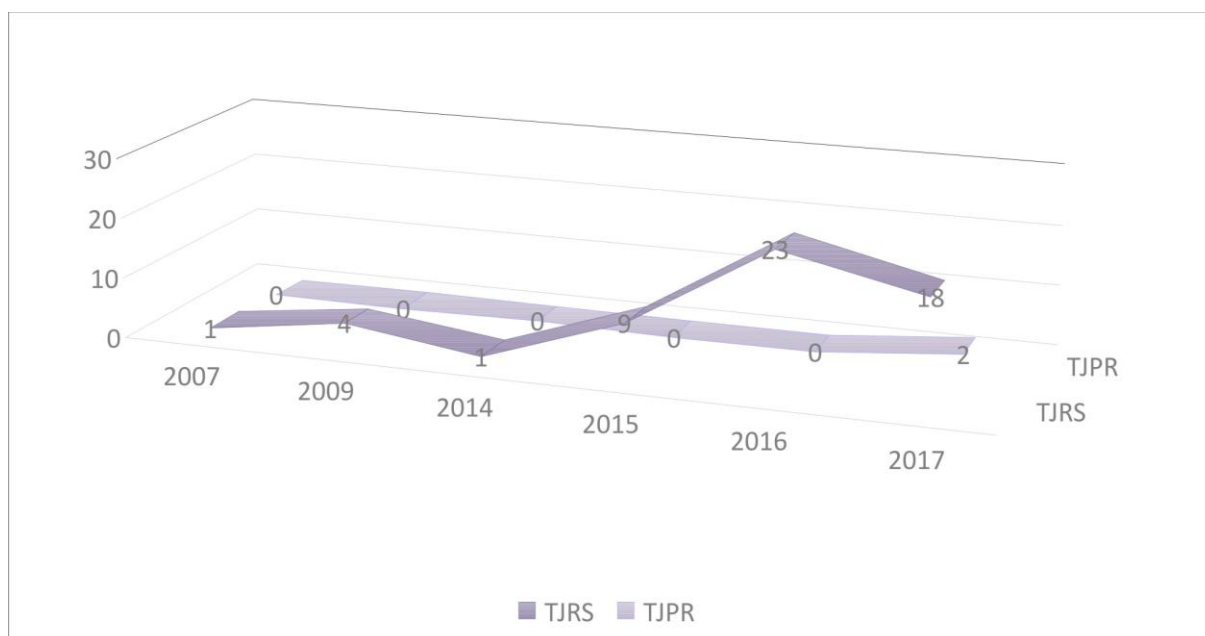


FONTE: A autora.

Como se vê, diferentemente do que se verificou no TJRS, no TJPR o grupo 4 infelizmente não é majoritário. Antes, o grupo com o maior número de resultados é o 3, aquele que patologiza e viola diversos direitos das pessoas trans ao condicionar o deferimento da alteração do prenome e do gênero à comprovação da cirurgia de transgenitalização ou da pretensão, documentada em laudos técnicos, de realizá-la.

Para ilustrar a diferença entre os dois tribunais, foi elaborado gráfico que compara os dois tribunais no que se refere ao resultado do grupo 4 no decorrer dos anos:

GRÁFICO 6 - GRUPO 4, TJRS E TJPR, ATRAVÉS DOS ANOS



FONTE: A autora.

TABELA 6 - GRUPO 4, TJRS E TJPR, ATRAVÉS DOS ANOS

ANO	TJRS	TJPR
2007	1	0
2009	4	0
2014	1	0
2015	9	0
2016	23	0
2017	18	2

FONTE: A autora.

Por meio desse gráfico, constata-se diferença gritante: enquanto, num período de 10 anos, o TJRS produziu 56 decisões nesse sentido progressista e de maior proteção de direitos das pessoas trans, no TJPR encontrou-se apenas 2, ambas de 2017. Portanto, ainda que o movimento pela despatologização das pessoas trans, representado neste trabalho pelo mérito das decisões do grupo 4 avance no TJRS, no TJPR, essa realidade ainda parece distante. Por fim, como o próprio nome diz, trata-se de um movimento e não de uma constante. Não se pode fechar os olhos para os 24% de ações que negaram provimento à esse direito fundamental das pessoas trans, no TJRS, e para o alarmante número de 67% de ações no TJPR. Por isso, o presente trabalho buscará discorrer das violações à diversos direitos fundamentais que a negativa de alteração de nome e gênero das pessoas *trans* pode ocasionar.

3 A RELAÇÃO ENTRE O SABER MÉDICO E O DIREITO

Muitas são as situações em que o Direito se apresenta como saber faltante e insuficiente para responder demandas judiciais complexas, principalmente aquelas que lidam com a vida e os âmagos dos seres humanos. Não por outra razão, são esses os casos que mais exigem cautela e atenção para serem resolvidos da melhor maneira possível.

Nesse sentido, em ações de retificação do prenome social e gênero de indivíduos com identidade de gênero trans, muitas questões não podem ser respondidas simplesmente com leis, regulamentos e princípios jurídicos. Básicos para outros saberes, conceitos como as diferenças entre gênero e sexo biológico ou mesmo a identificação psicológica e comportamento social podem ser complexos aos operantes do Direito.

Afinal, não são questões facilmente respondidas ou que possam ser sanadas com uma boa leitura hermenêutica, ainda mais quando juristas estão diante de uma realidade tão sofrida como a das pessoas *trans* no Brasil. Identificada a infertilidade do Direito em soluções para situações tão complexas, deve-se buscar o auxílio de saberes e profissionais de outras áreas para obter a melhor resposta para cada caso concreto.

Ademais, sabe-se que os tribunais são uma importante via de contato entre a sociedade e o Estado.¹⁵ Por isso, diante de inúmeras dificuldades que as pessoas *trans* vivem diariamente, os tribunais não devem se tornar uma nova forma de violência simbólica, ao invés de cumprir seu papel de proteção.

Com vistas a isso é que este capítulo refletirá sobre os aspectos dissonantes que os atuentes do Direito podem vir a cometer – ou já estão cometendo, como se observará na análise de julgados – no tratamento das demandas judiciais relacionadas à retificação do Registro Civil de pessoas trans.

A ideia é compreender de que forma a leitura feita pelo Direito de casos como esse pode estar viciada ou dependente de conceitos médicos, como da

¹⁵ CORREA, Patricia. Mudança de nome e de identidade de gênero. In: DIAS, Maria Berenice. **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p.577.

Psiquiatria, por exemplo, e de que maneira o Direito pode se renovar e buscar um tratamento mais humano para dar às demandas de pessoas trans.

3.1 O PARADIGMA DO "TRANSEXUALISMO VERDADEIRO" E SUA PROBLEMÁTICA ATUAL

A fim de compreender quais são os problemas desse viés médico patologizante será necessária breve exposição do paradigma do "transexual verdadeiro", marco científico que deu início à patologização das pessoas *trans*.

Desde os primeiros estudos realizados acerca da experiência *trans*, essa identidade foi taxada como anormal. Frente à "incoerência entre a anatomia e a identidade de gênero do sujeito"¹⁶, as identidades *trans* são tratadas por documentos médicos de referência como transtornos mentais. No entanto, a leitura de manuais psiquiátricos permite a conclusão de que os transtornos descritos e utilizados de base para criar determinantes como o "transexualismo verdadeiro" são claramente experiências *trans* individuais, não podendo ser universalizadas, como se todas as pessoas trans tivessem as mesmas características e "sintomas".

No entanto, diante da luta dos movimentos sociais pela despatologização, isso começa a mudar. Identificada pelo Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais (DSM), em 1994, como "transtorno de identidade de gênero, a identidade trans já ganhou muitas outras denominações, como por exemplo, "disforia de gênero" em voga desde o DSM V, de 2013.

Por mais que essa mudança represente um avanço, a manutenção da identidade trans como uma doença mental não deixa de ser estigmatizante e patologizante, pois, da forma como é definida, *disforia de gênero*¹⁷ coloca novamente a experiência *trans* em uma caixinha, com um *check list* de sentimentos que devem ser expressados pela pessoa.

¹⁶ MURTA, Daniela. "Entre o transexualismo verdadeiro" e a diversidade da experiência trans: uma discussão crítica sobre a produção da identidade transexual universal. In: SILVA, Daniele Andrade da; HERNÁNDEZ, Jimena de Garay; SILVA JÚNIOR, Aureliano Lopes. UZIEL, Anna Paula (Orgs.). **Feminilidades**: corpos e sexualidades em debate. Organização de Daniela Andrade da Silva et al. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.64.

¹⁷ MURTA, loc. cit.

Ainda mais preocupante é a relação direta que ainda se faz entre a experiência *trans* e a vontade da redesignação do sexo, ainda que se saiba que não são todas as pessoas *trans* que desejam de mudar de sexo.

Nesse sentido, ressalta Daniela Murta que:

Na condição transexual, diferentemente dos outros quadros relacionados, a percepção de incongruência entre sexo e gênero seria permanente e o desejo de ajustamento do indivíduo, sua característica fundamental [...] A apropriação médica dessa experiência e a consequente necessidade de estabelecer critérios de acesso a procedimentos de modificação corporal do sexo fomentaram uma série de teorizações sobre a transexualidade, tornando-a uma condição mental particular cuja única possibilidade de tratamento é a redesignação do sexo. **A partir disso, delinear-se a noção do transexualismo verdadeiro e apenas aqueles que se enquadram nos eixos definidores dessa descrição passaram a ter assegurado seu desejo em operar transformações de suas características sexuais.**¹⁸ (grifo meu)

Pela problemática deste modelo desajustado, é importante ressaltar como se deu a construção desta concepção da experiência *trans*: compreender a construção, para, então, tentar desconstruí-la.

A produção de uma identidade transexual universal¹⁹ se inicia através do marco teórico do "transexualismo verdadeiro" pensado pelo endocrinologista Harry Benjamin (1885-1986). À par das primeiras menções, pejorativas e completamente discriminatórias das pessoas *trans* pela psiquiatria, e também pela psicanálise, com menção inclusive à "psicopatas transexuais"²⁰, Harry Benjamin se coloca, inicialmente, no debate de maneira a tratar os *trans* com maior dignidade. Contudo, infelizmente, até onde se colocaram seus estudos e a forma como foram interpretados depois, acabaram por consolidar a experiência *trans* de tal forma que seus efeitos repressores permeiam todos os campos até hoje.

Em 1966, por exemplo, discorria sobre a necessidade de os profissionais da saúde seguirem alguns critérios para realizar a identificação do transexual verdadeiro corretamente. Para tanto, seria importante, principalmente, observar a negação deles a sua anatomia e órgãos sexuais, com o desejo intrínseco de realizar a cirurgia de redesignação de sexo.

¹⁸ MURTA, Daniela. **Feminilidades**: corpos e sexualidades em debate. Organização de Daniela Andrade da Silva et al. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.65.

¹⁹ MURTA, loc. cit.

²⁰ Ibid., p.66.

Além disso, outro aspecto problemático era a observância de orientação e práticas sexuais específicas para que, só assim, pudessem os transexuais serem considerados verdadeiros e dignos de realizar o desejo pela cirurgia. Este estudo, portanto, acabou por formalizar – de maneira atemporal, pela sua ampla repercussão mundial – que a experiência *trans* seria apenas uma, universal, excluída qualquer variação. Além da mais problemática conclusão, de que a questão do transexual verdadeiro seria "questão médica e passível de tratamento".²¹

Ainda que o paradigma seja de época antiga, percebe-se que não é paradigma superado ou mesmo atualizado por diversas constatações fáticas.

Primeiro, como marco regulatório na questão da transsexualidade na medicina, em 2010, o Conselho Federal de Medicina parece seguir o paradigma quando define "transexualismo" – da seguinte forma:

1. Desconforto com o sexo anatômico natural; 2. Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; 3. Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; 4. Ausência de outros transtornos mentais.²²

Resta clara, por essa definição, o formato consolidado e patologizador que as pessoas *trans* são colocadas para a Psiquiatria, inclusive a brasileira, enquadrando esta experiência de identidade de gênero como uma doença. Mesmo que se tenha notícia de que esta definição será alterada, para que se encontre em conformidade com a publicação do CID11 (Classificação Internacional de Doenças)²³ prevista para 2018²⁴, o problema continua estático.

²¹ MURTA, Daniela. "Entre o transexualismo verdadeiro" e a diversidade da experiência trans: uma discussão crítica sobre a produção da identidade transexual universal. In: SILVA, Daniele Andrade da; HERNÁNDEZ, Jimena de Garay, SILVA JÚNIOR, Aureliano Lopes, UZIEL, Anna Paula (Orgs.). **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate**. Organização de Daniela Andrade da Silva et al. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.71.

²² CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n.º 1955/2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM n.º 1.652/02. (Publicada no Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília-DF, n.232, 2 dez. 2002. Seção 1, p.80/81). Disponível em: <http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/cfm/2010/1955_2010.htm>. Acesso em: 29 out. 2017.

²³ VIEIRA, Tereza Rodrigues. Transsexualidade. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p.542.

²⁴ WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The 11th Revision of the International Classification of Diseases (ICD-11) is due by 2018!** Disponível em: <<http://www.who.int/classifications/icd/revision/en/>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

Dentre as inúmeras problemáticas que tal definição transpõe, além de se encontrar desatualizado diante dos avanços já alcançados pelos demais saberes nesta questão – inclusive os saberes médicos em momento de discussão – o próprio termo "transexualismo" já seria por si só um problema. Compreende-se, aqui, que o sufixo "ismo" deste termo é "denotativo de condutas sexuais perversas, como, por exemplo, o homossexualismo".²⁵

Ademais, a patologização da população trans é confirmada por documentos referenciais e estruturais do saber médico: o CID 10²⁶, catalogação de doenças, caracterizando a pessoa *trans* como portadora (F 64²⁷) de "Transtornos de identidade sexual"; e o DSM V. Ainda que sejam catalogadas como doenças, questiona-se a legitimidade científica de tais diagnósticos, visto que não se tem nenhum "exame" específico para tal diagnóstico. Ou seja, pautam-se apenas nas normas de gênero sociais.

Nesse sentido, posicionam-se como documentos que consolidam, mais uma vez, a "visão cultural hegemônica e singular do gênero", excluindo toda e qualquer identidade de gênero que não conversa com a tríade universal heteronormativa do sexo, gênero e orientação sexual.

A partir destas normativas expedidas de elevada referência, nacional e internacional, o fenômeno da patologização acaba por criar raízes profundas e se consolidar de maneira estrutural. Isto se dá porque tais documentos são utilizados como ponto inicial na legislação, quando se tratam dos sistemas de apoio aos *trans*, como os variados processos disponíveis no Sistema Único de Saúde, por exemplo, que se utilizam do CID 10 para regular seus procedimentos.

Assim, em consonância com o DSM V, o Conselho Federal de Medicina sempre se pautou na transsexualidade como doença mental para expedir as suas resoluções. Como explicitado em capítulo anterior, as definições de transexualidade se transformaram no decorrer do tempo, em conformidade sempre com as transformações do CID de forma a se atualizar com este documento de referência internacional.

²⁵ BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p.184.

²⁶ "A CID-10 foi conceituada para padronizar e catalogar as doenças e problemas relacionados à saúde, tendo como referência a Nomenclatura Internacional de Doenças, estabelecida pela Organização Mundial de Saúde." (ICLINIC. **CID 10**. Disponível em: <<https://iclinic.com.br/cid/capitulo/5/grupo/62/categoria/467/>>. Acesso em: 03 out. 2017).

²⁷ Capítulo de transtornos de identidade sexual. F64 - Transtornos da identidade sexual: "F640 – Transexualismo. F641 - Travestismo bivalente. F642 - Transtorno de identidade sexual na infância. F648 - Outros transtornos da identidade sexual. F649 - Transtorno não especificado da identidade sexual.

Aí parece que se encontra o maior problema, portanto. Como um primeiro passo, supõe-se que, pelo poder que esta normativa apresenta, enquanto a OMS não deixar de considerar a experiência *trans* como um *transtorno de identidade sexual* no CID, perpetuar-se-á a estigmatização desta identidade de gênero e o ciclo da violência contra este grupo dificilmente será rompido.

3.2 A REPRODUÇÃO DO DISCURSO PATOLOGIZANTE DAS PESSOAS TRANS PELO DIREITO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS ÀS PESSOAS TRANS

Diante das mudanças trazidas pela globalização, pela ciência e pelos movimentos políticos e sociais do século XX, constata-se que um novo paradigma emergiu com novas estruturas sociais, familiares, culturais e individuais.

Assim, o declínio do modelo patriarcal deu lugar a supremacia dos direitos humanos²⁸, com o princípio da dignidade da pessoa humana em seu centro. Deslocando, portanto, o foco patrimonialista do Direito para o foco nesse complexo ser-sujeito, ser-humano, com os seus diversos âmbitos de realização que precisam da devida proteção jurídica.

A Constituição de 1988 se apresenta, portanto, como um *divisor de águas*²⁹ do Direito brasileiro no que se refere a uma legislação que coincide com os valores de sua sociedade dinâmica e diversificada.

Assim, colocando a pessoa humana como seu foco principal e sendo esta normativa hierarquicamente superior as outras, todo o ordenamento jurídico brasileiro se encontrou – e ainda encontra – em fenômeno de constitucionalização.

²⁸ Adota-se neste trabalho a concepção contemporânea de direitos humanos abordada pela autora Flávia Piovesan. Com respaldo nos dizeres de Joaquín Herrera Flores, a autora compreende nos direitos humanos espaço de luta pela dignidade humana. PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos: Desafio da Ordem Internacional Contemporânea. In: PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direitos Humanos: Volume I**. 1.ed. Curitiba: Juruá Editora, 2011. p. 16.

²⁹ MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **União entre pessoas do mesmo sexo**: aspectos jurídicos e sociais. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p.146.

Neste sentido, demonstra Ana Carla Matos que:

Os comandos civilísticos que não se encontram em sintonia com o texto maior estão tacitamente revogados, ou, se for o caso, devem adequar-se à norma superior. Dessa maneira, toda a legislação civil em vigor reclama uma "releitura", sob o prisma constitucional.³⁰

Muito por isso, ainda que não tenhamos legislação própria que trate acerca das ações de retificação de nome, é dever do Judiciário a permissão e compreensão da necessidade das *gambiaras da lei*³¹ para que as pessoas trans consigam expressar a sua identidade de gênero única, como exercício básico de sua autonomia, sem nenhuma ofensa a terceiros.

Contudo, não é o que ocorre com a coleta de dados aproximada realizada neste trabalho, que representa a realidade de dois grandes tribunais do Sul do país, o TJRS e o TJPR.

Enquanto o TJRS demonstra movimento mais consolidado para um entendimento despatologizante das pessoas trans, identificando a desnecessidade de cirurgias para a alteração tanto do nome no Registro Civil como do gênero, as decisões que assim se realizam são apenas do período dos últimos dois anos, apresentando ainda o dado problemático de conter 24% (Gráfico 2, p. 25 do trabalho) de decisões que negam provimento às ações ou que deferem as alterações com o requisito da cirurgia de transgenitalização ter sido realizada.

No TJPR, a situação se apresenta ainda mais problemática de acordo com a análise realizada no primeiro capítulo deste trabalho, quando 37% (Gráfico 6, p. 31 do trabalho) dos dados coletados são de ações que o tribunal julgou improcedente o pedido de alteração de prenome social e gênero, e 50% (idem) julgou procedente pela comprovação de a cirurgia de transgenitalização já ter sido realizada.

Por isso, faz-se mister a análise de alguns destes julgados para compreender que o saber médico transposto de maneira descuidada aos fundamentos das decisões pode levar a decisões equivocadas, que perpetuam o discurso patologizante das pessoas *trans* e violam direitos fundamentais básicos deste grupo vulnerável.

³⁰ MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **União entre pessoas do mesmo sexo: aspectos jurídicos e sociais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p.147.

³¹ BENTO, Berenice. **Transviados, gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017. p. 188.

Nos poucos casos do TJPR, analisa-se que a sua maioria é composta de casos em que se utiliza do saber médico a todo tempo para se referir à experiência *trans*. Apresentando, ainda, as formalizações mais evidentes em relação ao paradigma do “transexual verdadeiro”.

Em decisão de 2007³², apenas com a leitura prévia da ementa já é possível identificar o paradigma de forma imperante. Quando se apresentam os termos “realização de cirurgia ablativa dando conformidade do estado psicológico ao novo sexo como **meio curativo** de doença diagnosticada” (grifo meu), resta clara a violação que uma pessoa *trans* pode vir a sofrer com menção à necessidade de um “meio curativo” para a forma como se expressa e sente perante o mundo.

Ainda que esta decisão tenha dado provimento à demanda da requerente, ponto positivo frente à negativa que a parte recebeu em sentença anterior, os argumentos utilizados para tanto devem ser revistos e problematizados.

Em primeiro momento, o magistrado alega que necessitará consultar “outras disciplinas” para compreender de maneira aclarada a “condição de transsexualismo”. Porém, constata-se que os saberes consultados no voto foram apenas o jurídico e o médico, definindo e explicitando pormenorizadamente o “transexual verdadeiro” de Harry Benjamin – ainda que não faça menção ao médico especificamente.

Nesse sentido, enquadra em vários momentos a experiência *trans* à “condição psiquiátrica” ou mesmo como uma “doença rara da *psique* humana”, afirmando que, após reconhecimento médico e psiquiátrico, o transexual só teria “um tratamento viável”:

A cirurgia ablativa de conformação sexual, por ser inoperante a psicoterapia tradicional, não sendo uma manifestação de vontade simples, neste sentido, **mas uma recomendação médica, para curá-lo de sua doença psíquica**, adaptando-o e lhe dando equilíbrio emocional para o sexo que, só será novo, pelo aspecto da formação de genitália.³³ (grifo meu)

Diante deste argumento, o magistrado defende a necessidade de alteração do sexo biológico no Registro Civil, pela comprovação da realização da cirurgia.

³² PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. **AC 350.969-5**. Relator: Rafael Augusto Cassetari. Julgamento: 04 jul. 2007. Órgão Julgador: 12.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 7411. p.3-4.

³³ PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. **AC 350.969-5**. Relator: Rafael Augusto Cassetari. Julgamento: 04 jul. 2007. Órgão Julgador: 12.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 7411. p.3-4.

Ainda que a frase "para curá-lo de sua doença psíquica" cause preocupação, é necessário constatar que, de forma a não desconsiderar os avanços atuais da causa da visibilidade *trans*, 2007 ainda era período de início para os avanços dos movimentos pela despatologização, como será melhor apresentado no próximo capítulo.

Contudo, pelo o que apresentaram os demais julgados do TJPR analisados neste trabalho, sendo um caso de 2014 e dois de 2017, este entendimento se perpetuou mesmo diante de todas as atualizações e conquistas realizadas na luta pela garantia de direitos à identidade de gênero e pela despatologização.

Já em 2014, após inúmeras atualizações e conquistas mundiais³⁴, encontra-se julgado³⁵ que indefere a alteração do prenome social e gênero de pessoa *trans* por argumentos completamente discriminatórios e patologizantes.

Trata-se de caso de indivíduo que trouxe diversas comprovações de sua identidade de gênero: desde a narrativa do seu histórico de experiência *trans* que se iniciou ainda na adolescência, com tratamentos hormonais, inclusive, até a apresentação de pareceres e laudos médicos do Hospital em que se submeteu aos termos da Resolução mais recente do CFM referente aos transexuais (1.955/2010) para conseguir realizar cirurgia de transgenitalização, mas que ainda não tinha realizado por questões financeiras.

Aqui, mesmo que se defenda que a pessoa *trans* não precise se submeter a estas normalizações para se identificar como trans ou realizar cirurgia, a constatação disso pelo Judiciário deveria sanar qualquer dúvida quanto a sua decisão em relação a alteração do prenome e gênero.

O que ocorre, muitas vezes, porém, é justamente o contrário. Aquilo que deveria ser uma garantia evidente, torna-se mais um sofrimento ao demandante que já vem a sofrer diversos constrangimentos e violências em sua vida diária.

Em exercício de ponderação de normas conflitantes identificadas pelo magistrado, escolheu-se decidir pela segurança jurídica, autenticidade e eficácia que deve conter um registro público, ao invés de garantir o direito a uma vida digna e sem maiores sofrimentos ao requerente; posto que a pessoa *trans* não havia completado os requisitos mínimos dispostos na Resolução do CFM, faltando-lhe cumprir mais

³⁴ Conquistas versadas detalhadamente no tópico 4.1 deste trabalho.

³⁵ PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. **AC 1091.843-7**. Relator: Renato Lopes de Paiva. Julgamento: 02/07/2014. Órgão Julgador: 11.^a Câmara Cível. Publicação: 25/07/2014. p.11.

oito meses de consulta médica e psiquiátrica para conseguir o diagnóstico da "referida patologia"³⁶ e a realização da cirurgia de redesignação de sexo.

Desta forma, porém, o Estado se coloca a negar, reprimir ou criar exigências a forma como uma pessoa *trans* deve se expressar, e quais escolhas ela deve fazer, ferindo os direitos constitucionais fundamentais da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, IV, CF88) e o direito à intimidade (art. 5.º, X), como muitos outros. Trata-se aqui do direito à autonomia – posto que não está a ofender nenhum terceiro com a sua expressão de gênero – identidade, integridade física e psíquica. Ainda mais quando se exige a realização da cirurgia para a alteração do prenome e gênero de pessoas *trans*.

Por isso, reflete-se que: "[...] o direito à intimidade também possibilita que o indivíduo, em prol da construção de sua identidade sexual, disponha até certo ponto de seu próprio corpo, em conformidade com sua intimidade, isto é, a vida que o indivíduo escolheu para si".³⁷

Como poderia o Estado, entidade completamente dispersa e distante da realidade diária de um indivíduo, determinar as escolhas mais íntimas tomadas por uma pessoa para que ela possa, somente assim – através do preenchimento de tais requisitos apontados oriundos de transposição desmedida de discurso médico para o saber jurídico – conseguir ser chamada no trabalho, na escola, em postos de saúde, pelo nome com o qual se identifica, sem passar por nenhuma situação de constrangimento.

Ademais, encontram-se os julgados do ano de 2017 no TJPR, que seguem, em alguns momentos, o raciocínio da patologização, mas que já apresentam mudanças significativas em seus discursos. Apresentam-se mais atualizados, com citações de decisões judiciais emblemáticas para a luta *trans*.

Em comparação aos julgados do TJRS, como está a se falar nos primeiros grupos da pesquisa jurisprudencial, encontram-se argumentos igualmente patologizantes

³⁶ PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. **AC 1091.843-7**. Relator: Renato Lopes de Paiva. Julgamento: 02/07/2014. Órgão Julgador: 11.ª Câmara Cível. Publicação: 25/07/2014.

³⁷ OPPERMANN, Marta Cauduro; ZENEVICH, Leticia. O direito constitucional do transexual à alteração do sexo constante no registro civil sem a realização da cirurgia. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 593.

aos argumentos utilizados no TJPR. Em linhas parecidas, em 2007³⁸, constata-se a presença imperante de saberes psiquiátricos com a utilização do diagnóstico de "transexualismo"; além do exercício de ponderação realizado entre o direito à dignidade da pessoa trans e o direito à veracidade e autenticidade dos registros públicos. Desta forma, acatando os argumentos da parte apelante, o Ministério Público.

Em outros, mais recentes, quase uma década depois, como em caso de 2016³⁹, constata-se a permanência do discurso patologizante, do saber médico psiquiátrico, nas decisões. Chama a atenção a liquidez, porém, dos argumentos quando o Judiciário assim determina:

O tema tem merecido atenção por parte não só dos tribunais como da ciência médica. Sempre preocupados com a saúde física e mental dos postulantes à alteração de sexo. No caso, porém, não obstante a identificação da apelada com o sexo feminino, tanto que já deferia a alteração de seu nome, tenho que imprescindível a presença de parecer médico, a fim de comprovar **o diagnóstico de transexualismo**.⁴⁰ (grifo meu)

Diante da análise geral deste caso e dos demais, inclusive dos pertencentes ao grupo 4 – contrário aos trabalhados neste capítulo – percebe-se que os entendimentos e votos dos magistrados se alternam caso a caso. E que, até mesmo os magistrados que se colocam de maneira incisiva em alguns casos com argumentos oriundos de outros saberes que não só o saber médico e patologizante, como será apresentado no capítulo seguinte, por vezes acabam se deixando levar pelo hábito na relação já estabelecida entre os saberes jurídico e médico.

Não há de se negar, porém, que os Tribunais nacionais tem dado passos cada vez mais firmes em relação a um discurso que mais acolhe, liberta e protege as pessoas *trans* do que viola seus direitos mais básicos.

³⁸ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70018911594**. Relator: Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. Julgamento: 25/04/2007. Órgão Julgador: 7.^a Câmara Cível. Publicação: 03/05/2007.

³⁹ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70071179899**. Relator: Jorge Luís Dall'Agnol. Julgamento: 09 nov. 2016. Órgão Julgador: 7.^a Câmara Cível. Publicação: 10 nov. 2016.

⁴⁰ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70071179899**. Relator: Jorge Luís Dall'Agnol. Julgamento: 09 nov. 2016. Órgão Julgador: 7.^a Câmara Cível. Publicação: 10 nov. 2016. p.3.

Infelizmente, conforme as estatísticas aproximadas apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho, existe presença ainda considerável de julgados que acabam por violar, ainda que sem a intenção, direitos fundamentais e humanos da população *trans* através da exigência da cirurgia de transgenitalização para a garantia do direito ao nome, faz com que seja necessário discorrer e apontar argumentos que devem ser revisitados pelos atuentes do direito.

4 A DESPATOLOGIZAÇÃO DAS PESSOAS TRANS: HARMONIZAÇÃO DE SABERES PELO TRIBUNAL GAÚCHO

Apresentados os argumentos e discursos que nortearam os julgados do primeiro ao terceiro grupo, este capítulo examinará com maior detalhamento e reflexão as decisões do último Grupo, importantes para o entendimento das ações de retificação de prenome social e gênero das pessoas *trans*.

As decisões apresentadas neste capítulo, em especial aquelas emanadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul nos últimos três anos, iluminam caminho a ser seguido pela jurisprudência nacional na medida em que protegem os direitos das pessoas *trans* nas suas particularidades e com atenção ao caso concreto, além de realizar trabalhos interdisciplinares.

Em contrapartida, como dito, as decisões examinadas nos capítulos anteriores reproduzem conceitos médicos sem a devida pesquisa ou respaldo dos outros saberes, agravando o sofrimento das pessoas atendidas ao negarem provimento às demandas de alteração do prenome social e/ou gênero ou, o que é mais grave, exigirem a comprovação da realização da cirurgia de transgenitalização como requisito para a alteração do prenome social e gênero.

Acredita-se que, por meio dessa análise, será possível enxergar do estado em que se encontra o movimento pela despatologização das pessoas *trans* nas decisões e entendimentos do Tribunal em questão; além de verificar os alcances do diálogo entre os saberes jurídico e psicanalítico na missão de romper o círculo vicioso do uso descuidado do saber médico pelo direito, que muitas decisões têm demonstrado.

Um estudo como esse não só demonstra a necessidade de que o saber jurídico dialogue com os outros saberes, principalmente no que concerne às questões de gênero, mas também coloca luz sobre o papel da Psicanálise como instrumento de valorização das peculiaridades dos indivíduos com identidades de gênero diversas que buscam os tribunais para alcançar a eficácia de seus direitos fundamentais.

4.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E MARCOS QUE AUXILIAM NA LUTA PELA DESPATOLOGIZAÇÃO

Preambularmente, faz-se necessária breve exposição do movimento pela despatologização das identidades de gênero e o que ele significa para os atores sociais em questão.

Apesar de serem inúmeras as conquistas dos movimentos pelo combate da patologização dos comportamentos LGBTI⁴¹, somente em relação à orientação sexual é que a despatologização realmente surtiu efeito.

Um bom exemplo disso aconteceu em 1990, quando a homossexualidade foi retirada da Classificação Internacional de Doenças e Problemas relacionados à saúde (CID) e deixou, finalmente, de ser considerada uma doença mental pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Além disso, desde os anos 90, o Conselho Federal de Psicologia tem consistentemente se posicionado a favor da despatologização. Como um marco, por meio da Resolução de 1999, o Conselho vedou aos psicólogos a colaboração em eventos e formatos de serviço que se destinem ao tratamento e cura das homossexualidades. E, mesmo que a Resolução seja frequentemente questionada e colocada à prova por grupos religiosos, a despatologização da orientação sexual é entendimento respeitado.

No que toca às pessoas *trans*, entretanto, a situação é mais controvertida. Se por um lado os chamados "Transtornos de Identidade Sexual" (F64.0)⁴² foram mantidos no CID 10, sendo um desses "transtornos" justamente o dos transexuais (termo originário do paradigma do "transexualismo verdadeiro"), por outro, o DSM V (Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais) recentemente substituiu o termo "transtorno" por "disforia de gênero", dando continuidade ao processo de atualização da "doença" e dos termos utilizados para referir-se a ela com o intuito de tornar menos pejorativas as denominações e acompanhar os novos entendimentos sobre essa identidade de gênero.

No entanto, é importante que se frise: enquanto fizer parte do catálogo de doenças mentais ou for caracterizada como "transtorno", persistirá a patologização

⁴¹ FACCHINI, Regina; SIMÕES, Julio Assis. **Na trilha do arco íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. p.156-157.

de uma expressão de ser – e sentir – e, com ela, todas as estruturas médicas que se pautam nesses documentos.

Essa ainda é a realidade. Por todos os lados, persistem estruturas consolidadas que enquadram essa identidade de gênero como um transtorno mental e uma patologia. E, em razão da valorização excessiva do saber médico, esse discurso sempre aparece em destaque, predominando na discussão e sendo muito mais apontado do que os outros saberes.

O movimento pela despatologização das pessoas trans se iniciou na Espanha, em 2005, quando foi aprovada a conhecida "Lei de Identidade de Gênero"⁴³, que determina que as pessoas *trans* não necessitam de prévia cirurgia de transgenitalização para terem o direito de alterar seus documentos (sexo e nome) garantido.

Tal legislação, no entanto, ainda que apresentasse viés despatologizante, não resolveu completamente a questão. Por isso, diversos coletivos, nessa mesma época, criticaram a nova lei, acusando-a de promover a manutenção do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero. Em meio a debates e manifestações de ativistas, a lei foi aprovada, mas "já se sabia que se tinha que começar a travar uma nova luta: pelo fim do diagnóstico. Em outubro de 2007, aconteceu a primeira manifestação contra a patologização das identidades trans".⁴⁴

A lei é, sem dúvidas, inovadora e importante, mas foi também problemática, pois condicionava a garantia da alteração dos documentos ao diagnóstico clínico de um médico. Mas, como incentivo ao movimento brasileiro pela despatologização das pessoas trans, constata Berenice Bento que:

Atualmente, há vários países que têm leis que asseguram direitos às pessoas trans, a exemplo do Uruguai, México e Espanha, mas a legislação argentina inova porque não exige que a pessoa trans tenha um diagnóstico de transtorno de identidade (como é o caso da Espanha) e transforma o processo de alteração dos documentos em um simples processo administrativo.⁴⁵

⁴² ICLINIC. **CID 10**. Disponível em: <<https://iclinic.com.br/cid/capitulo/5/grupo/62/categoria/467/>>. Acesso em: 03 out. 2017.

⁴³ BENTO, Berenice. **Transviados, gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017. p.87-88.

⁴⁴ Ibid., p.87.

⁴⁵ Ibid., p.188.

No Brasil, ainda que não existam marcos legais para garantir o direito à identidade de gênero, segue em tramitação no Senado o Projeto de Lei n.º 72/2007. Contudo, denominado "*cavalo de troia*"⁴⁶ para alguns, posto que esse Projeto, como aconteceu em primeiro momento da Espanha, acaba por perpetuar de certa maneira a discriminação quando pede a possibilidade da alteração do Registro Civil e gênero de "transexuais".

Novamente, esse é um termo que restringe a identidade de gênero das pessoas *trans*, já que, no Brasil atual, transexuais são obrigados a comprovar suas identidades de gênero por dois anos, como determina o SUS, para conseguirem um diagnóstico que lhes auxilie em ações de retificação de prenome, por exemplo.

O ápice desse movimento ocorreu em 2009, originando uma campanha internacional chamada *Stop Trans Pathologization* – 2012 (STP – 2012).⁴⁷ Além da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275⁴⁸ da Procuradoria Geral da República⁴⁹, que defende a possibilidade de alteração de gênero no Registro Civil de transexual, independentemente de cirurgia de redesignação de sexo. Em junho de 2017, essa ADI teve seu julgamento retomado em conjunto com o Recurso Extraordinário (RE) 670422⁵⁰, que analisa mesma questão.

Já em 2012, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) atuou novamente ao lançar a Campanha Nacional em luta pela Despatologização.⁵¹ De acordo o CFP, a necessidade de pensar nas experiências da população nos seus contextos e complexidades é urgente. A campanha busca, em seus diversos materiais divulgados,

⁴⁶ BENTO, Berenice. **Transviados, gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017. p.183.

⁴⁷ STOP TRANS PATHOLOGIZATION (STP). Disponível em: <<http://www.stp2012.info/old/pt>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

⁴⁸ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria-Geral da República. Ação pede que transexuais tenham direito a mudar nome e sexo no registro civil. **MPF**, 22 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-propoe-adi-para-que-transexuais-tenham-direito-a-mudar-nome-e-sexo-no-registro-civil>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

⁴⁹ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria-Geral da República. Transexuais têm direito a mudar nome e sexo no registro civil mesmo sem cirurgia, defende PGR. **MPF**, 07 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/transexuais-tem-direito-a-mudar-nome-e-sexo-no-registro-civil-mesmo-sem-cirurgia-defende-pgr>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

⁵⁰ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Supremo inicia julgamento de ADI sobre alteração de registro civil sem mudança de sexo. **Notícias STF**, 07 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=346000>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

⁵¹ CAMPANHA NACIONAL DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Despatologização das identidades trans e travestis**. Disponível em: <<http://despatologizacao.cfp.org.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

desconstruir a falsa ideia de que é preciso um diagnóstico para que as pessoas trans tenham acesso à saúde.

No ano seguinte, novo Projeto de Lei entrou em tramitação. A Lei João W. Nery, ou Lei de Identidade de Gênero (PL 5002/2013), de autoria de Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Érika Kokay (PT/DF), dispõe sobre o direito à identidade de gênero e alterar o art. 58 da Lei n.º 6.015 de 31 de dezembro de 1973.

Passado mais um ano, em 2014, o Conselho Nacional de Justiça deu outro passo, ainda que tímido. Em 15 de maio, aconteceu a 1.^a Jornada de Direito da Saúde em São Paulo.⁵² Nesse evento, diversos assuntos foram discutidos e alguns enunciados importantes foram aprovados, dentre os quais os de n.º 42 e 43, muito citados nas decisões recentes examinadas neste trabalho. Assim dispõem os enunciados n.º 42 e 43:

ENUNCIADO N.º 42: Quando comprovado o desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto, resultando numa incongruência entre a identidade determinada pela anatomia de nascimento e a identidade sentida, a cirurgia de transgenitalização é dispensável para a retificação de nome no registro civil.

ENUNCIADO N.º 43: É possível a retificação do sexo jurídico sem a realização da cirurgia de transgenitalização.⁵³

Por um lado, pode-se pensar que tais enunciados respaldariam a questão, esclareceriam as demandas judiciais de retificação do prenome social e poucas demandas judiciais seriam desprovidas pela falta da cirurgia ou mesmo cartórios estabeleceriam a cirurgia como requisito para a alteração. Mas não é o que ocorreu.

Recentemente, no final do ano de 2016, a Defensoria Pública da União⁵⁴ se viu obrigada a tomar atitudes urgentes⁵⁵ para tentar minimizar os danos decorrentes da

⁵² CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. Cirurgia para mudar sexo no registro civil não é necessária, diz corregedor. **CNJ**, 05 out. 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83610-cirurgia-para-mudar-sexo-em-registro-civil-nao-e-necessaria-diz-corregedor>>. Acesso em: 16 out. 2017.

⁵³ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Enunciados aprovados na I Jornada de Direito da Saúde**. São Paulo, 15 maio 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/ENUNCIADOS_APROVADOS_NA_JORNADA_DE_DIREITO_DA_SAUDE_%20PLENARIA_15_5_14_r.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.

⁵⁴ CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. Cirurgia para mudar sexo no registro civil não é necessária, diz corregedor. **CNJ**, 05 out. 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83610-cirurgia-para-mudar-sexo-em-registro-civil-nao-e-necessaria-diz-corregedor>>. Acesso em: 16 out. 2017.

⁵⁵ DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. DPU sustenta no STF alteração de registro de pessoas trans mesmo sem cirurgia. **DPU**, 20 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.dpu.def.br/noticias->

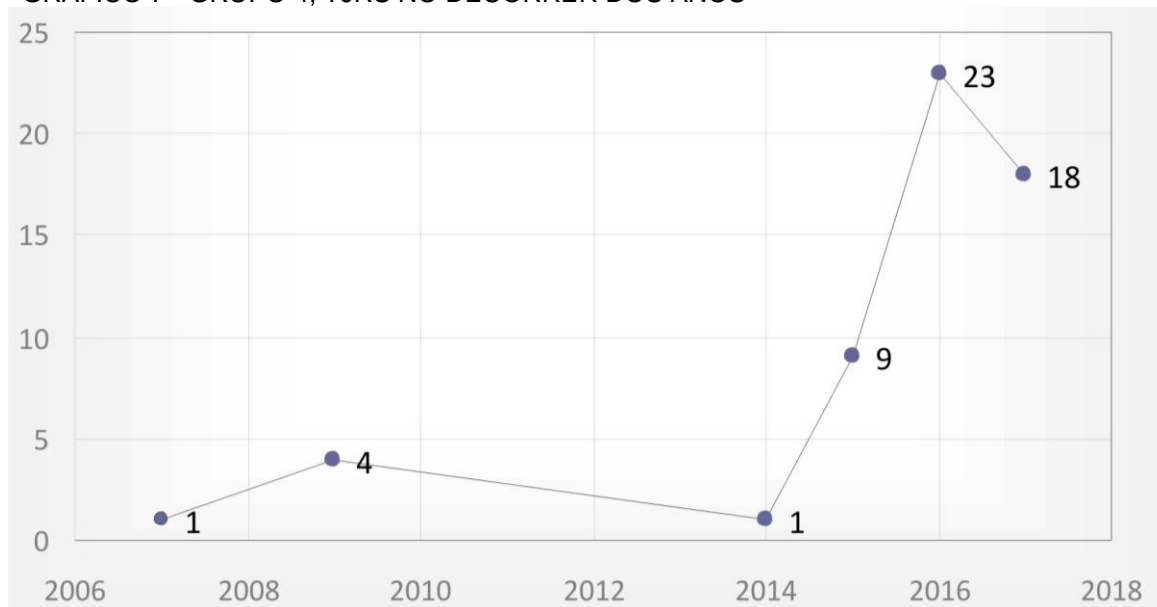
determinação da indispensabilidade da cirurgia de redesignação sexual para alteração do registro das pessoas trans por cartórios e magistrados.

Nesse sentido, apresentou liminar ao Conselho Nacional de Justiça, que se pronunciou com determinação às corregedorias dos Tribunais de Justiça e cartórios para que, no prazo de 15 dias, informassem de maneira expressa pela não exigência da cirurgia. Ademais, o caso mais recente de discussão acerca do tema é o RE 670.422, para julgamento no STF.⁵⁶

Desde o pronunciamento do CNJ sobre a alteração do registro das pessoas *trans*, as decisões nesse sentido aumentaram progressivamente, como explicitado acima. Ainda que, no ano da Jornada (2014), só conste uma decisão que possibilite a alteração sem a necessidade da cirurgia, de 2015 até hoje, as decisões se tornaram, aparentemente, entendimento majoritário no TJRS.

Como bem demonstra o gráfico a seguir, realmente houve um *boost* na quantidade de demandas judiciais para a retificação de prenome social e gênero no TJRS: de 9 julgados do Grupo 4 em 2015, as estatísticas saltaram para mais que o dobro em 2016, 23 julgados, mantendo-se a média elevada desde então.

GRÁFICO 7 - GRUPO 4, TJRS NO DECORRER DOS ANOS



FONTE: A autora.

defensoria-publica-da-uniao/36921-dpu-sustenta-no-stf-alteracao-de-registro-de-pessoas-trans-mesmo-sem-cirurgia>. Acesso em: 20 out. 2017.

⁵⁶ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Supremo inicia julgamento de ADI sobre alteração de registro civil sem mudança de sexo. **Notícias STF**, 07 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=346000>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

Por fim, atualmente, constata-se uma *judicialização* do direito à identidade de gênero, com considerável quantidade de demandas pela alteração do nome e gênero da população *trans*. Não à toa, em maio de 2017, o STJ⁵⁷ proferiu decisão que sedimentou entendimento a favor da alteração de nome e gênero sem a necessidade da realização da cirurgia de mudança de sexo. Apontando, inclusive, argumentos que auxiliam o movimento pela despatologização ao sugerir que a alteração do prenome sem a modificação do gênero no Registro Civil viola direitos, além de causar grandes constrangimentos às pessoas trans.

4.2 A PSICANÁLISE COMO INSTRUMENTO FORTALECEDOR DO MOVIMENTO PELA DESPATOLOGIZAÇÃO: A URGÊNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE A PSICOLOGIA E O DIREITO

Diante dos novos desenhos sociais da atualidade, oriundos das transformações da ciência e da tecnologia, dos progressivos movimentos sociais e políticos e do fenômeno da constitucionalização do Direito, resta clara a incapacidade de o Judiciário alcançar a esfera mais subjetiva das partes que o procuram.

Com isso em mente, o presente capítulo fará reflexão entre o direito e a psicanálise sobre o tema do trabalho. Apresenta-se como necessidade cada vez mais urgente a construção de um saber jurídico interdisciplinar, que aprende a reconhecer suas falhas e faltas. Esse saber jurídico inovador buscaria, de ouvidos bem abertos, profissionais e saberes necessários para uma atuação correta em casos complexos, de forma a fortalecer atuação profissional que realmente interligue os saberes. Buscar-se-á melhor compreender essa realidade social por meio de uma leitura interdisciplinar entre Psicanálise e Direito.

Defende-se aqui as contribuições que a Psicanálise pode fornecer ao Judiciário, já que ambos tratam de sujeitos, mas sob óticas diferentes. Efetivamente, tanto o Direito quanto a Psicanálise abordam demandas de indivíduos com subjetividades particulares e histórias de vida singulares.

⁵⁷ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia. **STJ**, 09 maio 2017. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia>. Acesso em: 15 out. 2017.

Constata-se a necessidade da tradução dos sujeitos em seu complexo social, cultural e subjetivo para que o Judiciário proteja, de maneira mais eficaz, os desejos que movem os seus comportamentos e relações interpessoais. Não deve o Direito simplesmente reproduzir a noção una e limitada do nó sólido construído socialmente entre a genitália, identidade de gênero e orientação sexual.

Antes, deve representar a noção multifacetada da vida e das inúmeras identidades de gênero que representam a realidade – por vezes dissociadas desse nó, por outras, nem tanto. Em outras palavras: é importante que o Estado se torne mais sensível à infinidade de possibilidades que uma identidade de gênero pode versar, ao invés de entregar-lhes decisões estigmatizantes e limitantes.

Para a psicanálise, não existem verdades constantes sobre as posições de gênero, não existe uma autenticidade completa. Jacques Lacan assim afirmou e segue a intrigar a todos quando afirma que a psicanálise nos informa ser impossível definir o que "se dá com o homem ou com a mulher".⁵⁸

Demonstrar-se-á ao longo deste capítulo, portanto, que não existem motivações jurídicas nem psicanalíticas não-discriminatórias que fundamentem a negação dos direitos às pessoas *trans* que buscam a alteração do prenome social e gênero; principalmente porque se trata de uma garantia fundamental, originária de princípios constitucionais.

Nesta toada, faz-se necessária breve explicação de que se questiona até mesmo a necessidade do próprio pedido, posto que acaba por reproduzir e enfatizar as normativas do binarismo de gênero. Contudo, o trabalho, neste momento, escolheu abordar outro foco, por isso não se colocará a discutir sob o olhar das teorias de gênero aquilo que elas permeiam na problemática. Ainda que se compreenda a necessidade e riqueza deste contraponto, o objeto de pesquisa se delimitou de outra forma.⁵⁹

Dentre os 24 julgados analisados do Grupo 4, no TJRS, uma pequena parcela se trata de apelação de pessoa *trans* recorrendo de sentenças que deferiram parcialmente a alteração de nome, vedando a redefinição de gênero pela ausência

⁵⁸ LACAN, Jacques. Saber, ignorância, verdade e gozo (4 de novembro 1971). In: *Estou falando com as paredes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. p.33 apud ANSERMET, François. Escolher seu sexo: usos contemporâneos da diferença dos sexos. **Latusa Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, n.20, p. 28 ago. 2015.

⁵⁹ Para melhor compreender a questão do binarismo de gênero, encontraram-se valiosas explicações no texto "*Undoing Gender*" da autora Judith Butler.

de cirurgia.⁶⁰ Parcela grande desses 24 julgados, por outro lado, eram de apelações do Ministério Público Estadual.

As apelações do MP foram desprovidas por maioria, com votos divergentes – algo que também preocupa –, ou por unanimidade. Nesses recursos, o Ministério Público Estadual argumentou praticamente no mesmo sentido em todos os casos, aparentemente sem considerar as particularidades de cada situação: pela desconstituição das sentenças que deferiam a alteração do prenome social e do gênero sem a necessidade de a pessoa trans ter realizado a cirurgia de transgenitalização. Em 2009, argumentou pela "impossibilidade jurídica *momentânea* do pedido" diante da ausência da comprovação da realização da cirurgia.⁶¹

Em 2015⁶², passou a utilizar de argumento mais complexo que segue até as decisões de hoje, em 2017:

Apelou o MINISTÉRIO PÚBLICO, pedindo a parcial reforma da sentença no que tange à retificação do sexo da parte autora no registro civil. Alega que a alteração prevista na Lei de Registros Públicos **visa à correção de erro** e, no caso concreto, de erro não se trata e sim da condição de como a parte apelada se observa em relação ao gênero. Aduz que tal situação em nada altera o sexo biológico que deve constar no assento e diz que tal questão é controversa, pois pendente de julgamento o RE 670422, de repercussão geral. Pede o provimento do recurso a fim de que seja mantido o sexo indicado no registro salvo se a parte se submeter à cirurgia de transgenitalização. (grifo meu)

Nos casos aqui abordados, o entendimento do Ministério Público não foi acatado pela maioria dos magistrados.

Percebeu-se um padrão nas decisões do TJRS dos últimos três anos (2015 a 2017). Os magistrados que compreendiam pela impossibilidade jurídica do pedido da alteração do gênero sem a realização da cirurgia se mantiveram os mesmos nos julgados, dando provimento às apelações do Ministério Público e seguindo seu

⁶⁰ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70057414971**. Relator: Rui Portanova. Julgamento: 05 jun. 2014. Órgão Julgador: 8.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 09 jun. 2014; RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70065879033**. Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro. Julgamento: 26 ago. 2015. Órgão Julgador: 7.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 02 set. 2015.

⁶¹ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70030772271**. Relator: Rui Portanova. Julgamento: 16 jul. 2009. Órgão Julgador: 8.^a Câmara Cível. Publicação: DJ. 23/07/2009.

⁶² RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70067669895**. Relator: Rui Portanova. Julgamento: 03 mar. 2016. Órgão Julgador: 8.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 07 mar. 2016. p.2.

entendimento. Contudo, tratando-se do Grupo 4, os votos de tais desembargadores foram vencidos, prevalecendo votos como os que serão analisados a seguir.

Como ponto positivo da análise, chama a atenção que tais votos apresentem conversas interdisciplinares entre o Direito e a Psicanálise.

Constatou-se que, em 2009⁶³, o saber psicanalítico ainda não era tão explorado nos votos selecionados para o Grupo 4, mas a interdisciplinaridade já estava presente nas menções aos ensinamentos de Berenice Bento em alguns votos, por exemplo:

Dito isso, desimporta se, ao fim e ao cabo, JEFERSON é um transexual ou um travesti. Desimporta se ele fez ou fará cirurgia de transgenitalização, se sua orientação sexual é pelo mesmo sexo ou pelo sexo oposto, por homem ou por mulher. Todos esses fatores não modificam a forma como JEFERSON se vê e é visto por todos. Como Uma mulher. Tal como dito por Berenice Bento "Os 'normais' negam-se a reconhecer a presença da margem no centro como elemento estruturante e indispensável. Daí eliminá-la obsessivamente pelos insultos, leis, castigos, no assassinato ritualizado de uma transexual que precisa morrer cem vezes na ponta afiada de uma faca que se nega a parar mesmo diante do corpo moribundo. Quem estava sendo morto? A margem? Não seria o medo de o centro admitir que ela (a transexual/a margem) me habita e me apavora? Antes de mata-la. Antes de agir em nome da norma, da lei e fazer a assepsia que garantirá o bom funcionamento e regulação das normas. Outra solução 'mais eficaz' é confinar os 'seres abjetos' aos compêndios médicos e trazê-los à vida humana por uma agulhada que marca um código abrasado a cada relatório médico que diagnostica um 'transtorno'.⁶⁴ (grifo meu)

Decisões como essa apontam para a construção de um Judiciário sensível aos sofrimentos de uma pessoa *trans*, reconhecendo a sua identidade de gênero sem a necessidade de laudos periciais invasivos que identificam ou não a modificação de uma genitália para, então, só assim, permitir com que ela seja chamada como se identifica há anos por si e por todos ao seu redor.

Em 2013, da mesma forma, manteve-se o entendimento pela utilização dos saberes da antropologia e viés das teorias de gênero que diferenciam sexo e gênero:

Contudo, renovada vênica, reconhecer a condição de uma pessoa como sendo a de uma mulher, alterando seu nome, sem, contudo, mudar a sua designação de sexo em seu registro civil, em meu entendimento, mostra-se um tanto quanto desarrazado. Digo isso, em face do fato de, agindo assim, o Poder Judiciário causa a parte uma situação mais socialmente constrangedora

⁶³ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70030772271**. Relator: Rui Portanova. Julgamento: 16 jul. 2009. Órgão Julgador: 8.^a Câmara Cível. Publicação: DJ. 23/07/2009.

⁶⁴ BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p.38-39.

a parte do que se tivesse deixado tudo como estava. Não há perder de vista que, tanto o nome, quando a designação sexual constantes no registro civil serve para identificar a pessoa perante o meio social. E se NATALY hoje se identifica como mulher, é essa a condição que seu registro civil deve espelhar [...] e para tão não se faz necessário a sua transgenitalização, **pois gênero e sexo não se confundem**.⁶⁵ (grifo meu)

Novamente, encontra-se fundamentação legítima à causa da visibilidade trans, no sentido de o Poder Judiciário se colocar na função em que deve estar: a de proteção dos direitos fundamentais mais valiosos de um indivíduo *trans*, atendendo a sua demanda sem se colocar em posição de poder exacerbada ou de violador de direitos como os fundamentos apresentados no capítulo anterior que vem a medicalizar o saber jurídico de maneira equivocada.

Em contrapartida, dois anos depois, em 2015⁶⁶, o mesmo magistrado que elaborou fundamentação valiosa demonstrada acima, a partir da qual seria possível pensar em um discurso pela despatologização, entendeu que a parte autora "comprovou a sua condição de transexual (F. 64. 0 CID-10) ". Sem retirar a legitimidade e valia dos outros votos e considerações realizadas pelo Desembargador, é importante destacar, para fins de discussão, que o Brasil dá passos largos, mesmo que sem perceber, em direção à luta pela despatologização, mas que não se desatreia do discurso médico. Seja por estratégia de convencimento para com os demais membros da composição da Câmara, seja pelo constante hábito realmente.

Ou seja, pode-se dizer que encontramos no país, e, mais especificamente, no Judiciário, semelhante conflito àquele observado após a promulgação da Lei de Identidade de Gênero da Espanha, em 2005. Enquanto o Judiciário conversa com outros saberes e identifica que os direitos à identidade de gênero devem ser garantidos às pessoas trans, ele continua a se pautar, em muitos momentos, naquilo que a psiquiatria mantém estruturado: a patologização.

⁶⁵ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70057414971**. Relator: Rui Portanova. Julgamento: 05 jun. 2014. Órgão Julgador: 8.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 09 jun. 2014. p.4-5.

⁶⁶ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70067669895**. Relator: Rui Portanova. Julgamento: 03 mar. 2016. Órgão Julgador: 8.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 07 mar. 2016. p.8.

Enfim, ainda em 2015, pelo que se pôde perceber nos julgados analisados nesta pesquisa, a Psicanálise passa a ser explorada nas decisões. Nesse sentido, já de início em seu voto⁶⁷, constata-se a riqueza trazida ao Judiciário quando Desembargadora buscou em outros saberes o conhecimento para reconhecer a imprescindibilidade de iniciar seu voto com a diferenciação entre sexo e gênero, tratando da demanda como uma pretensão à "perfeita adequação de sua identidade psicossocial quando não corresponde à identidade biológica".⁶⁸

Em seguida, por meio de estudos psicanalíticos, conclui que:

A identidade psicossocial prepondera sobre a identidade biológica, ou seja, o indivíduo vive o gênero (feminino/masculino) **ao qual se sente pertencer**, comportando-se conforme os ideais sociais, estabelecidos historicamente para diferenciar os gêneros entre si. [...] Assim, alinhando-me ao entendimento de Freud no sentido de que tanto a masculinidade quanto a feminilidade são pontos de chegada e não de partida, e que o ponto de chegada é sempre único porque decorre da particularidade dos processos identificatórios de cada um, não se justifica a manutenção no registro civil do sexo biológico em detrimento do gênero.⁶⁹ (grifo meu).

Nesse caso específico, tratava-se de pessoa *trans* que tinha a pretensão de realizar a cirurgia, utilizando-se dos pareceres da equipe interdisciplinar de acompanhamento realizado no SUS. E, ainda que a Desembargadora tenha se utilizado dessas informações, inclusive com menção à Resolução da CFM n.º 1.652/2002, vigente na época, visto que se tratava do caso concreto em questão, sua fundamentação não se ateve à possibilidade da alteração do nome e gênero apenas pela pretensão de realização futura de cirurgia.

Pelo contrário. A Desembargadora buscou outros estudos para se valer do argumento de que a alteração do nome e gênero deve ocorrer independentemente do desejo pela modificação corporal e genital, hoje muito defendido por todos os

⁶⁷ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70064914047**. Relator: Sandra Brisolara Medeiros. Julgamento: 26 ago. 2015. Órgão Julgador: 7.^a Câmara Cível. Publicação: DJ. 08/09/2015.

⁶⁸ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70064914047**. Relator: Sandra Brisolara Medeiros. Julgamento: 26 ago. 2015. Órgão Julgador: 7.^a Câmara Cível. Publicação: DJ. 08/09/2015. p.3.

⁶⁹ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70064914047**. Relator: Sandra Brisolara Medeiros. Julgamento: 26 ago. 2015. Órgão Julgador: 7.^a Câmara Cível. Publicação: DJ. 08/09/2015. p.5-7.

movimentos sociais e mesmo pelo Poder Judiciário no âmbito de vários tribunais, como também do STJ e CNJ.

Assim seguiu, portanto:

Ainda, se o nome e o sexo são atributos da personalidade e individualizam a pessoa, e, como tais, devem constar no registro civil, com seu efeito erga omnes, parece-me que não pode estar dissociado do modo como o indivíduo se vê e é visto socialmente, devendo a individualização jurídica acompanhar a individualização fática, sob pena de o apego à lei desviar-se da justiça. **A retificação deve ser levada a efeito, independentemente da realização da cirurgia de redesignação sexual ou transgenitalização, também em face do princípio da dignidade da pessoa humana.**⁷⁰ (grifo meu)

Contudo, em muitos julgados do Grupo 4 em que o entendimento da Desembargadora foi citado, existiam votos vencidos com entendimento completamente contrário, alegando pela necessidade intrínseca da cirurgia para alteração do Registro. Como já mencionado acima, tal conflito realmente se comprova quando em muitas decisões posteriores às decisões apresentadas acima, de 2015 a 2017, existam posicionamentos completamente contrários entre os magistrados.

Além disso, também é possível constatar que o movimento pela despatologização não é unívoco. Diversos votos com argumentos da Psicanálise, que estão em viés despatologizante, junto de argumentos médicos que patologizam com os termos de "disforia de gênero" e "transexualismo" como será melhor apresentado em capítulo seguinte.

Nessa seara, chama a atenção que, em um mesmo Tribunal, em maio de 2017, encontre-se um julgado, com voto importante para a causa *trans*, interdisciplinar, que cita, inclusive, julgado de forte relevância para a jurisprudência nacional como o do STJ⁷¹; e, em agosto de 2017, outro julgado, com voto dissidente, que patologiza e que pode até vir a ofender o demandante com as palavras

⁷⁰ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70064914047**. Relator: Sandra Brisolara Medeiros. Julgamento: 26 ago. 2015. Órgão Julgador: 7.^a Câmara Cível. Publicação: DJ. 08/09/2015.

⁷¹ Acórdão ainda não publicado, apenas notícia publicada no site. (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia. **STJ**, 09 maio 2017. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia>. Acesso em: 15 out. 2017).

utilizadas – voto este que não seguiu voto vencedor da relatora já mencionado acima, fundado em vários saberes que se aproximam do olhar da psicanálise.

De forma a demonstrar a nitidez do conflito que se apresenta, contrastam-se os seguintes trechos dos votos em questão.

De um lado, um voto de potencial interdisciplinaridade. De maio de 2017, o Desembargador fundamenta seu voto se utilizando de várias fontes para fundamentação, como trecho integral de parecer psicológico aparentemente sensível do demandante, o Enunciado do CNJ (2014), outras decisões marcantes que também se utilizam da Psicanálise para fundamentação, além do forte julgado deste ano do STJ:

[...] permitindo-me ainda anotar que, no início deste mês de maio de 2017, a 4.^a Turma do Superior Tribunal de Justiça posicionou-se no sentido de que os "transexuais tem direito à alteração do registro civil sem a realização de cirurgia", ponderando o Ministro LUIZ FELIPE SALOMÃO, "se a mudança do prenome configura alteração de gênero (masculino para feminino ou vice-versa), **a manutenção do sexo constante do registro civil preservará a incongruência entre os dados assentados e a identidade de gênero da pessoa, a qual continuará suscetível a toda sorte de constrangimentos na vida civil, configurando-se, a meu juízo, flagrante atentado a direito existencial inerente à personalidade.** [...]. Assim, a exigência de cirurgia de transgenitalização para viabilizar a mudança do sexo registral dos transexual vai de encontro à defesa dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos – máxime diante dos custos e da impossibilidade física desta cirurgia para alguns –, por condicionar o exercício do direito à personalidade à realização de mutilação física, extremamente traumática, sujeita a potenciais sequelas (como necrose e incontinência urinária, entre outras) e riscos (inclusive a perda completa da estrutura genital).⁷² (grifo meu)

Citação que demonstra a violação de diversos direitos fundamentais quando deferida somente a alteração do nome, sem o gênero, e quando declarada necessária a realização da cirurgia de transgenitalização para tais alterações no Registro da pessoa trans.

De outro lado, porém, em voto posterior ao trecho apresentado acima, foram encontrados os mesmos fundamentos pelo que se pôde constatar, desde 2015. Tal voto inicia com reconhecimento da exemplaridade de voto já apresentado neste capítulo, ao fundamentar-se na Psicanálise, mas vota em contrário de acordo com os seguintes fundamentos:

⁷² RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70072867252**. Relator: Luiz Felipe Brasil Santos. Julgamento: 25/05/2017. Órgão Julgador: 8.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 31/05/2017. p.4.

Entendo cabível a troca de nome, mas não de sexo, pois a certidão de nascimento espelha a verdade [...] ainda que, ao crescer, tenha **passado a adotar comportamento masculinizado**. Não se mostra desarrazoado, porém, manter o deferimento da alteração do prenome da recorrida para um prenome masculino, mesmo sendo mantido o seu registro como sendo do gênero feminino, pois isso **visa evitar maior constrangimento**, que ela possa ter. Ora, o recorrido é mulher e o registro público indicado que se trata de pessoa do sexo feminino espelha a verdade biológica, admitindo-se, apenas como exceção, a troca de sexo quando existe prévia cirurgia de transgenitalização. Portanto, é possível a alteração de sexo quando há adequação da sua forma física ao gênero sexual a que pertence. **A definição do sexo é ato médico e o registro civil de nascimento deve espelhar a verdade, que é a biológica. E somente pode ser corrigido o registro quando se verifica existência de erro.** Com a realização da cirurgia, ocorrendo a transgenitalização, verifica-se uma situação excepcional, ou seja, há o ato médico redefinindo o sexo e **atestando a inadequação do registro, que deverá então ser corrigido.**⁷³ (grifo meu)

Não bastando, a oposição dos argumentos entre esse voto e o posicionamento do STJ, por exemplo, enquanto um diz que a não alteração do sexo seria causadora de constrangimento imensurável à pessoa *trans*, o outro diz que se vota pelo desprovimento da alteração do sexo para causar menos constrangimentos à pessoa *trans*.

Em momentos de conclusão da fundamentação, ainda, o segundo voto alega que:

Portanto, com profundo respeito aos entendimentos contrários, tenho que é descabida a alteração do registro civil para fazer constar dado não verdadeiro, isto é, que a autora seja do sexo masculino, quando inequivocamente ele é do sexo feminino, pois ostenta órgãos genitais tipicamente femininos. **Data máxima vênia, entendo que não é a vontade da recorrida de ser homem, nem o fato de se sentir homem, que o transforma em homem. Pode parecer homem, mas homem ela não é.**⁷⁴ (grifo meu).

Constata-se, portanto, que os dois votos se fundamentam no que pensam ser melhor para a pessoa, sem dúvidas. Contudo, também se observa que o Poder Judiciário pode, involuntariamente, acabar violando a intimidade do demandante quando afirma que a pessoa não é a identidade de gênero com que se identifica, por mais que ela queira. Pauta-se, para tanto, em argumentos médicos, de que o sexo e o

⁷³ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70072867252**. Relator: Luiz Felipe Brasil Santos. Julgamento: 25/05/2017. Órgão Julgador: 8.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 31/05/2017. p.12.

⁷⁴ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70072867252**. Relator: Luiz Felipe Brasil Santos. Julgamento: 25/05/2017. Órgão Julgador: 8.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 31/05/2017. p.3.

gênero andam juntos, sempre, desconsiderando completamente as teorias de gênero, os estudos mais atuais da antropologia, da Psicanálise e de outros saberes.

Por isso, a urgente necessidade de que se trata este capítulo. A necessidade de uma conversa verdadeira entre o saber jurídico e os demais saberes, que não só o saber médico.

Através de tal conversa, como se pode constatar, o Judiciário pode abrir as portas para saberes como o psicanalítico, que não vem a patologizar nenhuma identidade de gênero. Pelo contrário, este saber se coloca de maneira a dar lugar de importância ao sujeito do desejo e seu Inconsciente singular através da escuta flutuante da fala, da linguagem, resultando em respeito aos diferentes discursos oriundos de diferentes fatores inconscientes da sexualidade.

Como em qualquer outra área, os entendimentos raramente são pacíficos, o que torna impossível o comprometimento de toda uma classe de profissionais e atuantes ao entendimento pela despatologização – ainda mais que a classe médica psiquiátrica muito converse com a Psicanálise.

O que se está a defender aqui, portanto, é que através dos fundamentos psicanalíticos, este saber pode ser instrumento libertador das pessoas trans. Trata-se de um olhar (e escuta) que valoriza a experiência individual de cada sujeito, deixando de lado a retrógrada lógica médica, ainda adotada por alguns profissionais – não todos – e pelas estruturas consolidadas (SUS, CFM, CID) de que existe um “transsexualismo verdadeiro” e universalizante.

Assim como todas as histórias de vida são diferentes, a experiência de uma identidade de gênero também é, o que torna impossível a sua universalização.

Sendo assim, valendo-se dessa premissa, a Psicanálise pode se apresentar como instrumento de fortalecimento do pensamento de que a experiência trans comporta variadas formas de subjetivação, com lugares de identidade que se apresentam em cada indivíduo de uma forma completamente singular. E, assim, fortalecendo a incongruência das estruturas e atos que transformam em patologia uma identidade de gênero.

De forma a comprovar a abrangência das identidades de gênero consideradas pela Psicanálise, desde os seus fundamentos, assenta-se dizer de Freud:

A maioria dos homens também está muito aquém do ideal masculino [...] todos os indivíduos humanos, em resultado de sua disposição bissexual e da herança cruzada, combinam em si características tanto masculinas quanto femininas, de maneira que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto. (FREUD, 1925).⁷⁵

Resta clara a dificuldade, ou impossibilidade, de definir os gêneros em si. Não existe um lado ou outro a ser alcançado. Ou seja, cai por terra o argumento de transformar em patologia a experiência de um indivíduo simplesmente por ter identidade de gênero diversa do nó teórico social entre o sexo, gênero e orientação sexual.

Neste sentido, ainda que a Psicanálise seja importante instrumento de escuta flutuante, com potencial para auxiliar indivíduos em seus caminhos de dificuldades, ainda mais impossível que definir identidades de gênero em geral, seria definir o que é bom para o sujeito.

Só resta ao sujeito encontrar seu caminho entre a identidade e o desejo, escolhendo seu sexo e gozo.⁷⁶

Enfim, não se trata de julgar as escolhas do sujeito, de nomeá-lo e patologizá-lo pela sua identidade de gênero. Pelo contrário, a clínica psicanalítica pode vir a ajudar o sujeito a colocar as suas convicções em prova, questioná-las, para descobrir as faces do seu inconsciente que o leva a tais determinações.

Por tudo, acredito que a Psicanálise se apresente como uma grande lente de aumento às experiências de pessoas que se encontram em conflito com suas identidades de gênero, por sua dinamicidade inerente, atualizando-se com o contexto sociocultural em que está inserida e procedendo sob o viés da singularidade do caso a caso.

⁷⁵ FREUD, Sigmund. Algumas consequências da distinção anatômica entre os sexos. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.19. p.286 apud ANSERMET, François. Escolher seu sexo: usos contemporâneos da diferença dos sexos. **Latusa Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, n.20, p.29, ago. 2015.

⁷⁶ Ibid., p.32.

"A cada um sua solução, a cada um sua bricolagem, a cada um sua ficção: é o que os sujeitos transexuais colocam de maneira extrema [...]".⁷⁷ Diante dessa afirmação, resta-me o pensamento de que tais sujeitos só tem a ensinar e enriquecer todos os saberes.

4.3 A DESPATOLOGIZAÇÃO COMO POSSÍVEL ELEMENTO DE RUPTURA DO CICLO DE VIOLÊNCIA ÀS PESSOAS TRANS

O Direito, como centro de resoluções de conflitos humanos, deve buscar se atualizar a cada instante, na dinamicidade e velocidade de transformações do contexto sociocultural em que está inserido.

Nesse sentido, quando está o Judiciário a tratar de assunto tão desconhecido ao saber jurídico como as identidades de gênero, os atuentes devem estar sempre buscando vestir lentes mais humanas e menos objetivas, para, então, se adequarem aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da liberdade e, não menos importante, adequado à noção de cidadania.

Sendo a cidadania a *não-exclusão*⁷⁸, o ordenamento jurídico deve buscar incluir todas as formas de indivíduos presentes na sociedade, valorizando o sujeito de direito em toda a sua complexidade fática e real.

Atenta-se, portanto, para o histórico não-inclusivo do Judiciário brasileiro em relação à comunidade LGBTI como um exemplo a se distanciar, buscando a não reprodução das suas injustiças⁷⁹ e uma transformação na proteção da subjetividade dos indivíduos. Tendo como norte, além do princípio fundador da dignidade da pessoa humana, também a liberdade; liberdade que inclui a liberdade à orientação sexual e às identidades de gênero que podem existir na complexidade da vivência de cada indivíduo.

Percebe-se que mesmo na análise dos julgados do Grupo 4, feita neste capítulo, a forma pejorativa com que a transsexualidade pode vir a ser mencionada em alguns momentos pelos atuentes do Direito, ou mesmo pelos próprios requerentes,

⁷⁷ ANSERMET, François. Escolher seu sexo: usos contemporâneos da diferença dos sexos. **Latusa Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, n.20, p.35, ago. 2015.

⁷⁸ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Família, direitos humanos, psicanálise e inclusão social. In: GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha; MADALENO, Rolf. **Direito de família e psicanálise**: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

⁷⁹ PEREIRA, op. cit.

quando encarada como uma patologia. Sem contar os vários julgados em que o demandante se depara com um dissenso nítido e, por vezes, preocupante entre os votos dos magistrados, como apresentado acima. Trata-se de um desafio do Judiciário, portanto.

Nesse sentido, por exemplo, refere-se o Desembargador ao requerente como "portador da moléstia denominada transexualismo" ao caso em que votou, em 2009:

Ação de retificação do registro civil ajuizada por J.P.S. Alegou que é **portador da moléstia denominada transexualismo ou transtorno de identidade de gênero**. Asseverou que é conhecido publicamente com o nome de "Vanessa". Requereu a retificação do seu atual registro de nascimento, fazendo constar o nome de Vanessa Peres dos Santos. A sentença julgou o pedido procedente, determinando a retificação do registro civil nos termos requeridos na inicial. Contra essa sentença apelou a representante do Ministério Público de primeiro grau. Requereu a desconstituição da sentença, determinando o retorno dos autos à origem, com a reabertura da instrução ou, alternativamente, julgar extinto o feito sem resolução do mérito, pela impossibilidade jurídica *momentânea* do pedido.⁸⁰

Quanto a esse voto, é difícil fazer análise concreta porque não se teve acesso aos autos na íntegra para ter conhecimento da forma com que o requerente se refere a sua própria identidade de gênero.⁸¹ Além disso, também é necessária a ponderação do período em que o julgado se deu, visto que muitas alterações têm ocorrido no campo da visibilidade trans. Compreende-se, também, para não estar só a apontar erros que, muitas vezes, por se tratar de saberes distantes ao Judiciário, os atuantes demoram algum tempo para acompanhar as atualizações.

Por isso, percebe-se que um voto como este, de 2009, difere-se completamente de votos do ano atual, por exemplo, que foram melhor esmiuçados no capítulo anterior.

Ainda assim, a necessidade de revisão das palavras utilizadas para se referir à identidade *trans* é uma análise de muita valia. Deve-se ter em mente com nitidez a força com que um simbólico utilizado por atuantes jurídicos em posição de poder

⁸⁰ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70030772271**. Relator: Rui Portanova. Julgamento: 16 jul. 2009. Órgão Julgador: 8.^a Câmara Cível. Publicação: DJ. 23/07/2009.

⁸¹ Aponta-se que as pessoas trans que buscam o judiciário, muitas vezes, para conseguir chegar a seu objetivo final que, neste caso seria adequar o seu Registro Civil a sua verdadeira identidade de gênero, acabam por utilizar de termos médicos ou argumentos que sabem que serão acatados pelo Estado. Como estratégia, portanto, escolhem se "patologizar" perante o Judiciário para, diante da urgência de suas demandas, terem seus direitos básicos à identidade e autonomia garantidos.

pode repercutir nos meios pessoais e sociais deste grupo vulnerável. Aqui, não importa se o magistrado estava apenas reproduzindo termo médico ou mesmo reproduzindo termo utilizado pelo requerente, visto que por muitas vezes os requerentes já sabem como devem se portar com as palavras perante o juízo para atingir seu objetivo.

O que se pretende aqui é chamar a atenção de como o discurso de poder e proteção do Estado não deve legitimar a discriminação social que este grupo já sofre de diversas maneiras em suas vidas. Por isso, deve-se buscar não incorrer mais no erro de utilizar dos termos "portador" e "moléstia", pois claramente denota à ideia de que a expressão de gênero da pessoa, na verdade, é doença e questão médica, que pode ser curada e tratada.

Nesse sentido, defende-se neste trabalho pela despatologização da população *trans*, para que o discurso jurídico e médico deixe de tratar as expressões e identidades mais intrínsecas, ricas e viscerais de um ser humano como algo a ser reprimido, tratado, medicado e – ainda pior – curado.

Se assim continuar, como é percebido através de votos vencidos nas decisões do grupo 4, ou nas demais decisões dos outros grupos, os danos continuarão a ocorrer. A utilização do discurso médico de maneira descuidada ou desmedida pelo discurso jurídico, sem a busca da sabedoria de outros saberes, culminará na perpetuação da estigmatização de um indivíduo, que já sofre inúmeras violências diárias, em vários âmbitos de sua vida, por uma entidade que deveria proteger seus direitos fundamentais.

Portanto, para melhor ilustrar um suposto e hipotético caminho que leva uma pessoa *trans* a buscar o judiciário para amenizar algumas das dificuldades que enfrenta diariamente, como conclusão deste trabalho, elaborou-se um quadro do ciclo da violência que este grupo vulnerável pode vir a sofrer através da patologização da sua identidade de gênero. E como a despatologização pode vir a romper com esse ciclo de violência cruel.

FIGURA 1 - CICLO DE VIOLÊNCIA DA PATOLOGIZAÇÃO DAS PESSOAS TRANS



FONTE: A autora.

Esse ciclo supostamente se inicia com uma identidade de gênero vista como "anormal" pela sociedade, diferente do indivíduo que nasce com um sexo biológico x, masculino ou feminino, e se comporta conforme o gênero que heteronormativamente corresponderia a este sexo biológico, masculino ou feminino. Tal indivíduo, portanto, apresenta um universo incomum – ainda que incrível e de extremo valor – aos olhos sociais como expressão de comportamento. De forma a iniciar movimentos de estranhamento do meio social em que vive, que podem levar à resultados mais drásticos como a não-aceitação familiar, ao sofrimento de atos de discriminação diários em diversas situações, à evasão escolar e, por vezes, à situação de rua.

Além das dificuldades internas referentes à questões de autoconhecimento e autoaceitação, como é natural a todos os seres humanos, que pode resultar em diferentes níveis de sofrimento, a pessoa *trans* tem que lutar diariamente para ser quem quer ser. Muitas vezes sem nenhum apoio, pela não-aceitação de seu meio social e familiar da sua expressão de gênero, a população *trans* trava batalhas diárias para sobreviver com dignidade em uma sociedade paternalista e retrógrada.

Quando, por sorte, a pessoa consegue perpassar todas as barreiras necessárias, tanto pessoais, como financeiras e sociais, para reconhecer a necessidade individual de buscar forma de modificar seu Registro Civil, por se identificar com nome divergente ao seu nome de nascimento, ela busca a proteção do Judiciário para ter acesso a essa alteração.

Como na legislação brasileira não se observa nenhuma legislação referente ao direito à identidade de gênero, acabou se colocando nas mãos do Judiciário o poder de fazer interpretação do ordenamento jurídico vigente de forma a conferir a possibilidade da pessoa *trans* poder se identificar com o nome que consta em seus documentos.

Por isso, a necessidade de atenção máxima dos magistrados quando no julgamento de tais ações de retificação de prenome social e gênero. Tratam-se de ações, muitas vezes, de vida ou morte.

Contudo, como se pôde observar nos resultados do trabalho acima, travadas todas as batalhas para chegar até o Judiciário, a pessoa *trans* se depara com outro entrave. Um entrave que me parece simplesmente de falta de conhecimento do Judiciário em relação a infinidade de identidades de gênero que representam a realidade fática dos seres humanos.

Em conjunto a isso, incorrem no erro de buscar apenas o saber médico, sem as devidas atualizações dos outros saberes, em movimento de interdisciplinaridade que deveria ser realizado. E, como o saber médico escolheu, até onde se colocam os seus documentos referenciais no momento, enquadrar esta expressão de gênero como uma patologia, o saber jurídico acaba por reproduzir esta versão.

Aqui, não se está a desconsiderar os avanços nas discussões médicas e certa abertura observada para diálogos com o movimento LGBTI, dando margens ao rumo à despatologização. Não se está também a desconsiderar as qualidades e caráter essencial do saber médico. Em contrapartida, pondera-se que nem toda a classe médica compreende a identidade *trans* como uma patologia. Mas, para o que importa este trabalho, analisa-se o que está acontecendo no momento e o que pode ser feito diante da urgência dessas demandas que estão sendo atendidas de maneira, por vezes, precária.

Diante das inúmeras atualizações de entendimentos do Judiciário, com enunciados do CNJ, decisões do STJ, pronunciamento da Procuradoria Geral da República, e inúmeras decisões dos Tribunais brasileiros, não deveriam outras

decisões escolherem por entendimento divergente do majoritário e seguirem a patologizar as pessoas *trans* na sua forma de abordagem e resolução dos conflitos. A determinação de que é necessária a observância da cirurgia de transgenitalização para alteração do prenome e/ou gênero, com respaldo equivocado em uma forma de leitura do saber médico, acaba por criar novas formas de violência, desta vez por parte do Estado. Com fortes violações a direitos constitucionais, junto das inúmeras dificuldades que as pessoas *trans* já tem de enfrentar.

Por isso, compreende-se que a despatologização pode vir a romper com esse ciclo de violências que perpassam a vida de diversas pessoas *trans*. Quando o saber jurídico não puder se respaldar em documentos médicos para patologizar esta forma de viver, muitas questões poderão ser resolvidas de forma simples. Assim como o é na Argentina, por exemplo, em que a mudança do documento é procedimento administrativo.⁸²

A não alteração de um documento, ou a morosidade que muitos processos podem vir a apresentar nestas questões, pode ser o impedimento de alguém ter acesso à educação, saúde, trabalho, criando entrave ao acesso à felicidade e vida digna.

Para melhor explicar: quando se fala em despatologizar, esta a se falar na retirada da experiência *trans* do diagnóstico patológico. Quanto a isso, é importante ressaltar que as definições de transsexualidade se transformaram no decorrer do tempo e que continuam a se transformar. Porém, enquanto a OMS não excluir a transsexualidade do CID (F64.0), e a APA não retirar a experiência *trans* entre suas doenças mentais, mesmo que se utilize do termo "disforia de gênero", a estigmatização da população *trans* continuará e o ciclo da violência contra este grupo dificilmente será rompido.

Quanto a isso, argumenta-se, de modo contrário, com apontamentos de efeito prático, em relação ao assistencialismo do SUS, por exemplo. De modo que a despatologização poderia prejudicar o acesso gratuito ao processo transsexualizador⁸³, visto que todo este processo previsto pelo SUS é pautado na medicina e nos documentos que enquadram as pessoas *trans* como doentes mentais que devem ser tratadas.

Contudo, constata-se que o próprio formato utilizado para viabilizar este processo à população *trans* é insuficiente as suas demandas, por seguir o paradigma do

⁸² BENTO, Berenice. **Transviados, gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017. p.188.

⁸³ Id. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p.185.

“transexual verdadeiro” e universalizar a experiência *trans*. Ou seja, a assistência é falha também e deve ser revista de qualquer maneira.

Em pesquisa realizada pela psicanalista Márcia Áran⁸⁴, no Programa de Assistência Integral a Pacientes Transexuais do Hospital Universitário do Rio de Janeiro, em 2000, foram apontadas diversas falhas e problemáticas do sistema atual, como, por exemplo, a "insuficiência do modelo assistencial", que se pauta na patologia e se refere ao "binômio" do diagnóstico do transtorno de identidade com o tratamento somente pela cirurgia de transgenitalização.

Sabe-se que apenas uma parcela da população *trans* tem o desejo de modificar seu corpo e transformá-lo. Por isso, o grande desafio está em despatologizar e transformar a rede assistencial do SUS de modo a que consiga atender a realidade das demandas das pessoas *trans* e não só a realização da cirurgia. O direito à saúde é direito de todos, que deve se efetivar para possibilitar a qualidade de vida e autonomia das pessoas. Para as pessoas *trans* não seria diferente.

Por isso, mesmo quando se sustenta neste trabalho que a Psicanálise pode ser instrumento que fortalece o movimento, não se está a sustentar que todas as pessoas *trans* devem fazer análise. Muito pelo contrário, está a se dizer apenas que elas devem ter acesso a esse formato de clínica psicológica, caso desejem.

Busca-se, com o movimento pela despatologização, um novo formato clínico. Que valoriza a autonomia *trans*, que não os coloca em caixas e períodos "probatórios" de uma certa forma de comportamento, baseada no que é "normal a cada gênero".

E, nesse sentido, segue reflexão de Berenice Bento:

É necessário um protocolo? É importante a terapia psicológica? Certamente, para algumas pessoas transexuais e travestis, a escuta terapêutica é importante. Mas o tempo da terapia e a escolha do (a) terapeuta devem ser questões (e todas as demais) fundamentadas no reconhecimento pleno da capacidade do sujeito que vive a experiência transexual e travesti em decidir, inclusive se em determinados momentos precisa da ajuda especializada para decidir, aliás, como tantos outros sujeitos que recorrem às ciências psi.⁸⁵

⁸⁴ ARÁN, Marcia. A saúde como prática de si: do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn. **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010. p.75-95.

⁸⁵ BENTO, Berenice. **Transviados, gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017. p.91.

Assim, afirma-se que o movimento pela despatologização se coloca a ampliar o direito ao acesso à saúde⁸⁶, para que as suas demandas sejam atendidas na integralidade de suas necessidades, e não a mitigar como argumentam alguns profissionais pela manutenção da patologia. Nesse sentido, busca-se afastar o preconceito dos profissionais da saúde acerca da identidade de gênero trans para que essas pessoas que buscam os profissionais sejam melhor atendidas, e, finalmente, ouvidas na sua experiência pessoal e singular, e não universal.

A despatologização vem com a desvinculação do sexo e gênero. Se, de certa forma, é pacífico o entendimento de que gênero e sexo não são a mesma coisa, questiona-se qual seria a explicação de se patologizar alguém que apenas desconstrói este nó na facticidade da sua identidade de gênero. A patologia, ao que se parece, é apenas estrutura consolidada não atualizada, herança da abordagem discriminatória do “transexualismo verdadeiro” pela psiquiatria.

Diante dessa triste realidade, fortes votos do Grupo 4, detalhadamente abordados no ponto anterior trazem a esperança de que o saber jurídico está se abrindo aos outros saberes, além do médico, para assim compor votos mais inclusivos, que não violam por si só direitos íntimos desta população. Tanto o faz, como é possível constatar a diminuição de votos que se utilizam de termos médicos e de patologia para tratar da experiência trans.

Ao invés de encontrar termos como “moléstia” em votos, a referência a essa identidade como uma “identidade psicossocial” que não corresponde “à identidade biológica” se tornou muito mais comum. Identidade utilizada desta forma, em 2015, no voto interdisciplinar bem fundamentado da Desembargadora apresentado acima.⁸⁷

Diante desse antecedente, como apresentado no capítulo anterior, multiplicaram-se as decisões que dão provimento à alteração do prenome e do gênero com a explícita desnecessidade da realização da cirurgia. Muito embora

⁸⁶ CAMPANHA NACIONAL DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Despatologização das identidades trans e travestis**. Disponível em: <<http://despatologizacao.cfp.org.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

⁸⁷ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70064914047**. Relator: Sandra Brisolara Medeiros. Julgamento: 26 ago. 2015. Órgão Julgador: 7.^a Câmara Cível. Publicação: DJ. 08/09/2015.

ainda existam resistências na prática jurídica e na sociedade em si, as decisões parecem progredir na proteção dos direitos à identidade de gênero da população trans.

E, ainda que apresentem questões pontuais de um discurso medicalizado e que, por hábito, pode vir a utilizar termos patologizantes, é possível considerar tais votos como um primeiro passo bem largo a ser dado pelo Judiciário no caminho pela despatologização. Observadas as devidas atualizações e transformações anuais que ocorrem no campo do conhecimento das identidades de gênero, são votos que podem ser nortes a serem seguidos pelos demais tribunais do Brasil.

Portanto, diante de um movimento de progressiva conquista de direitos LGBTI nos Tribunais brasileiros, através de um fenômeno de *judicialização* dos direitos das minorias⁸⁸, percebe-se que o TJRS está a observar esta possibilidade em conjunto do movimento pela despatologização de forma a unir a necessidade da utilização das *gambiarras das leis* para uma correta aplicação das leis no julgamento das ações de alteração de prenome social e gênero.

Com enfoque na autonomia da vontade, na liberdade de expressão e no direito à identidade de gênero, a possibilidade de a pessoa *trans* ter um nome e sexo com o qual se identifique nos seus documentos é a concretização dos direitos fundamentais e humanos mais intrínsecos aos sujeitos de direito e de desejo.

Ainda que a atuação do Poder Legislativo e Executivo brasileiro se mostre prematura – e até ausente – em relação à possibilidade de uma lei acerca do direito à identidade de gênero, o Poder Judiciário pode ao menos tentar alterar este cenário de inseguranças jurídicas para este grupo que sofre tanto no país quando solicitado por ações privadas ou ações civis públicas do Ministério Público Federal.

Em tese, o Poder Judiciário deve interpretar e expandir as normas constitucionais como verdadeiros mandados de otimização de forma a decidir os casos concretos da maneira mais justa e protetiva à dignidade da pessoa humana.

Assim, reconhecidos os direitos fundamentais à dignidade da pessoa humana, a igualdade e a liberdade – e, em decorrência desses, o direito à identidade de gênero e a livre orientação sexual – como direitos universais, que são expansivos e abarcam todos os seres humanos, o Poder Judiciário deve se manter atualizado às

⁸⁸ MOSCHETTA, Sílvia Ozelame Rigo. **Homoparentalidade**: direito à adoção e reprodução humana assistida por casais homoafetivos. 2.ed.com as decisões do STF (ADPF 132/08 e ADIN 4.277/09). Curitiba: Juruá, 2011. p.128.

dinâmicas transformações sociais que resultam em novas necessidades e novas problemáticas que devem ser consideradas em suas decisões.

5 CONCLUSÃO

Frente à situação de marginalização e discriminação vivenciada pela maioria da população *trans* brasileira, a preocupação central deste trabalho foi investigar formas de romper com o ciclo de violências constantes que afeta essas pessoas.

Ainda que a falta de dados oficiais seja uma constante, concluiu-se que o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de pessoas trans no mundo. Por outro lado, porém, constatou-se visibilidade progressiva para a causa nos últimos anos. Diante da força dos movimentos sociais, pequenos obstáculos parecem ser vencidos a cada ano, tanto na mídia, como nas estruturas do sistema jurídico.

Sobre esse pano de fundo, refletiu-se acerca dos possíveis fatores sociais e culturais da sociedade brasileira que contribuíram para manter esse ciclo de violência ativo. Como ponto de partida, escolheu-se o fenômeno da patologização da identidade trans.

Para além das formas de agressão mais gritantes e aparentes, como as físicas, alerta-se para a existência de uma violência "invisível" sofrida pelas pessoas trans em decorrência da adoção irrefletida desse entendimento da psiquiatria. Ainda que não seja possível perceber os efeitos dessa violência de forma simples, concluiu-se neste trabalho que a patologização se coloca como fator estruturante do cenário estigmatizante da identidade trans.

Quando a experiência trans é classificada como um "transtorno de identidade de gênero" na Classificação Internacional de Doenças, documento de referência mundial da OMS, e como uma doença mental em outro documento de referência como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, da Associação Americana de Psiquiatria, não há como negar que a patologização se torna um grande entrave para a vivência livre dessa identidade de gênero.

Com o intuito de trazer a investigação dos efeitos da patologização para a vida das pessoas trans, este trabalho realizou extensa pesquisa de decisões judiciais do TJRS e TJPR, no período de uma década – 2007 a 2017 –, no que se referiam às ações de retificação de prenome social e/ou gênero da população trans. Desta forma, identificou-se como o discurso médico da patologização estaria refletindo na violação de direitos de pessoas trans, como o direito ao nome, à autonomia, à dignidade da pessoa humana, e, finalmente, o direito à identidade de gênero.

Por meio da análise de decisões, observou-se de que maneira o Direito reproduz o discurso da patologização quando nas decisões judiciais exigem como requisito indispensável para alteração do prenome social e/ou gênero a cirurgia de redesignação de sexo das pessoas trans. Investigou-se, além disso, de que maneira o Judiciário tem compreendido o movimento social pela despatologização das pessoas trans, que se iniciou na década de 90 por ativistas trans, mas que tomou forças nos anos 2000, por outras áreas também, como a da Psicologia.

Como contraponto ao fator estruturante e estigmatizante da patologização, defende-se, neste trabalho, o movimento pela despatologização como elemento de ruptura do ciclo de violências sofridas pelas pessoas trans. E, para isso, propõe-se a necessidade de leitura interdisciplinar, que deve ser adotada, principalmente, pelos agentes do Direito em suas decisões, posto que o Direito se coloca como saber faltante no que se trata à infinitude e complexidade das identidades de gênero. Nessa toada, dentre os saberes interdisciplinares, este trabalho encontra no olhar psicanalítico potencial para esclarecer e resolver alguns dos obstáculos do cenário apresentado.

Por isso, após a escolha de uma introdução robusta, para que fosse possível desenhar o panorâma geral do problema pesquisado, o primeiro capítulo deste trabalho se dedicou a demonstrar o caminho das pedras adotado na análise das decisões judiciais. A partir de vasta coleta de dados do período de 2007 a 2017, algumas conclusões foram desenhadas em gráficos e tabelas elaborados com o intuito de destacar os avanços e os retrocessos no decorrer dos anos em relação à temática estudada.

Diante disso, para melhor explicitar os dados quantitativos, as decisões judiciais foram divididas em 4 grupos: o primeiro, dedicado às decisões judiciais que negaram provimento à alteração do prenome social e sexo biológico do Registro Civil das pessoas trans; o segundo, àquelas que deferiram o pedido de alteração do prenome social, mas negaram a alteração do gênero; o terceiro, às decisões que deferiram a alteração do prenome e gênero do Registro, com o requisito indispensável da cirurgia da redesignação de sexo; e o quarto às decisões que deferiram a alteração do prenome e do gênero, sem a necessidade da cirurgia. Essa classificação ajudou a extrair com maior clareza dos gráficos e das tabelas conclusões sobre o panorama concreto do entendimento dos Tribunais acerca da identidade de gênero trans.

Do primeiro ao último grupo, foram identificadas visões patologizantes e discriminatórias em diferentes graus, sendo o último grupo aquele que adota visão mais próxima da que é defendida neste trabalho: um olhar despatologizante das pessoas trans, que argumenta pela defesa da identidade de gênero trans independentemente de cirurgia de transgenitalização ou mesmo de pedido judicial. Ainda que o objeto de pesquisa tenha se limitado de forma a não aprofundar a defesa da desnecessidade do pedido judicial, aponta-se que este recorte não retira a importância deste contraponto, sendo análise de momento prospectivo a este trabalho.

Nessa toada, a partir dos dados quantitativos, foi possível fazer análise qualitativa dos dados coletados. Concluiu-se que a grande maioria dos casos do Tribunal gaúcho pertencia ao quarto grupo - 76% dos casos. Contudo, alertou-se para o fato de que não se pode ignorar o aspecto temporal dessas cifras, já que 74% dessas ações se referem aos últimos dois anos apenas. Ou seja, trata-se de um movimento extremamente recente que merece atenção e cuidados especiais para que continue crescendo e se aprimorando.

Por outro lado, enquanto no Tribunal gaúcho o movimento pela despatologização já ganha traços mais definidos, no Tribunal paranaense, a realidade parece mais distante: dos poucos casos aos quais se teve acesso, 31% tiveram que ser dispensados por discutirem apenas conflito de competência – situação que se estende desde 2011.

Além disso, dos poucos julgados que restaram para análise, a maioria compôs o terceiro grupo, aqui entendido como uma postura patologizante, pois exige a realização da cirurgia de redesignação de sexo para alteração do Registro Civil, violando diversos direitos fundamentais da pessoa trans.

É importante ressaltar, no entanto, que, por mais que a situação do TJPR seja mais alarmante por conta da morosidade causada pelo assustador número de julgados relativos ao conflito negativo de competência, o TJRS não está livre de outras problemáticas em suas decisões. Por isso, foi necessária, no decorrer dos capítulos seguintes, a análise das situações contrastantes entre os votos dos magistrados em cada Tribunal.

O segundo capítulo se dedicou ao exame dos três primeiros grupos de decisões. Para tanto, a fim de esclarecer o que se entende por “patologização”, foi apresentado o paradigma do “transexual verdadeiro” de Harry Benjamin, que está na origem da patologização dessa identidade de gênero pela Psiquiatria. Da análise desse

e de outros conceitos médicos defasados que tem sido adotados pela comunidade jurídica, concluiu-se que, enquanto a experiência trans for balizada pelo “transsexualismo verdadeiro” e tratada como doença mental por documentos médicos de referência, essas pessoas continuarão incompreendidas, reprimidas e estigmatizadas. E mais: aplicadores do Direito continuarão a ter dificuldades de se desvencilhar desse paradigma, de forma a contribuir ao ciclo de violências sofrido pelas pessoas trans.

A pesquisa encaminhada por este trabalho demonstrou que o Direito, por ser saber faltante no que concerne às identidades de gênero diversas à heteronormatividade, reproduz o discurso médico de maneira desajustada e descuidada em decisões nas ações de retificação de prenome social e gênero. O resultado são as inúmeras ações com pedidos indeferidos ou com a delimitação de condicionantes violadoras dos direitos fundamentais mais básicos das pessoas trans, como a requisição da constatação da cirurgia de redesignação de sexo para, só assim, haver a possibilidade de a pessoa trans se identificar com seu próprio nome.

Por fim, concluiu-se a pesquisa com capítulo referente à despatologização da experiência trans e, como exemplo desse movimento, foram analisadas decisões do Tribunal gaúcho pertencentes ao quarto grupo. Em trabalho interdisciplinar, chamou-se atenção para as contribuições que o olhar psicanalítico pode trazer ao saber jurídico, principalmente nos casos em que uma boa análise hermenêutica do caso não é suficiente para dar conta da complexidade da realidade fática do sujeito demandante.

Nesse capítulo final, constatam-se não só os inúmeros avanços que vêm sendo realizados nos últimos anos pelo movimento em favor da despatologização – seja através de ações de entidades jurídicas, como o MPF, seja através de campanhas nacionais ou internacionais orquestradas por movimentos sociais populares –, como se observa também um recente movimento de judicialização do direito à identidade de gênero no Brasil, cuja existência se deve muito provavelmente ao fato de o país não apresentar marcos legais expressos acerca do tema.

Nesse íterim, salienta-se que o trabalho não teve o objetivo de problematizar diretamente o fenômeno da judicialização da alteração do Registro Civil. Antes, o mote da pesquisa se limitou à análise da situação fática atual a fim de alertar para o tratamento inadequado das demandas judiciais sobre alteração do Registro Civil e encontrar meios de evitá-lo. Sem deixar de reafirmar que o Judiciário deve estar ciente

do elevado poder que é colocado em sua seara, através das ações de retificação de prenome social e gênero das pessoas trans. Poder este de libertar ou aprisionar.

Analizou-se, assim, o panorama geral dos Tribunais em questão para observar a forma com que abordaram a identidade trans ao longo dos anos, problematizando a reprodução descuidada do saber médico que patologiza e reprime a experiência trans com o check list do diagnóstico do “transexual verdadeiro” dos documentos médicos referenciais.

Em contrapartida ao entendimento médico tradicional acerca das pessoas trans, ressalta-se o potencial da Psicanálise para atuar como instrumento fortalecedor do movimento pela despatologização e auxiliar o Direito com importantes ferramentas para compreender o sujeito que demanda, escutá-lo e auxiliá-lo, caso assim deseje, em seus caminhos. Não à toa, observou-se neste capítulo que muitas decisões judiciais do quarto grupo – aquele que defere a alteração do Registro sem a exigência da cirurgia – construíram seus votos com estudos interdisciplinares, inclusive com a citação de psicanalistas sobre o assunto.

Reside aí a importância de que o saber jurídico reconheça a sua falta e busque em outras áreas do conhecimento algumas das respostas que precisa, deixando de simplesmente reproduzir o discurso médico em decisões delicadas. Com a ilustração de ciclo hipotético da violência com que a pessoa trans pode vir a passar, caso procure o Judiciário e venha a se encaixar nos casos dos primeiros três grupos, explicita-se a gravidade desta situação.

Afinal, se os elevados índices de violência e crimes cometidos contra as comunidades LGBTI no Brasil já assustam, o que mais choca é que o Estado perpetue essas agressões por meio de decisões judiciais. É preciso ter cuidado e a premissa despatologizante é um elemento facilitador da desconstrução dos paradigmas defasados e estigmatizantes.

O Estado deve se prontificar a atender as suas demandas básicas de forma eficaz e urgente, auxiliando o seu acesso à saúde, ensino, trabalho e vida digna. O direito à identidade de gênero e a possibilidade de o sujeito ter em seu Registro nome e sexo com os quais se identifica, pode ser o início imprescindível dessas garantias. Em conjunto a isso, portanto, apresenta-se neste trabalho a despatologização como elemento facilitador da desconstrução do estigma e preconceito sofrido pela pessoa trans.

REFERÊNCIAS

- ANSERMET, François. Escolher seu sexo: usos contemporâneos da diferença dos sexos. **Latusa Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, n.20, p.23-35, ago. 2015.
- ARÁN, Marcia. A saúde como prática de si: do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn. **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010. p.75-91.
- BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- _____. **Transviados, gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 out. 2017.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 54**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiarnoticiastf/anexo/adpf54.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n.º 5002/ 2013. (Dep. Jean Wyllys e Érika Kokay). Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446>. Acesso em: 03 out. 2017.
- CAMPANHA NACIONAL DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Despatologização das identidades trans e travestis**. Disponível em: <<http://despatologizacao.cfp.org.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n.º 1955/2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM n.º 1.652/02. (Publicada no Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília-DF, n.232, 2 dez. 2002. Seção 1, p.80/81). Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2010/1955_2010.htm>. Acesso em: 29 out. 2017.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Enunciados aprovados na I Jornada de Direito da Saúde**. São Paulo, 15 maio 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/ENUNCIADOS_APROVADOS_NA_JORNADA_DE_DIREITO_DA_SAUDE_%20PLENRIA_15_5_14_r.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.
- CORREA, Patricia. Mudança de nome e de identidade de gênero. In: DIAS, Maria Berenice. **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p.559-584.

CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. Cirurgia para mudar sexo no registro civil não é necessária, diz corregedor. **CNJ**, 05 out. 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83610-cirurgia-para-mudar-sexo-em-registro-civil-nao-e-necessaria-diz-corregedor>>. Acesso em: 16 out. 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. DPU sustenta no STF alteração de registro de pessoas trans mesmo sem cirurgia. **DPU**, 20 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.dpu.def.br/noticias-defensoria-publica-da-uniao/36921-dpu-sustenta-no-stf-alteracao-de-registro-de-pessoas-trans-mesmo-sem-cirurgia>>. Acesso em: 20 out. 2017.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Julio Assis. **Na trilha do arco íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

FACHIN, Melina Girardi. **Direitos Humanos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Assassinato de LGBT no Brasil**: Relatório 2015. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

ICLINIC. **CID 10**. Disponível em: <<https://iclinic.com.br/cid/capitulo/5/grupo/62/categoria/467/>>. Acesso em: 03 out. 2017.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **União entre pessoas do mesmo sexo**: aspectos jurídicos e sociais. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria-Geral da República. Ação pede que transexuais tenham direito a mudar nome e sexo no registro civil. **MPF**, 22 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-propoe-adi-para-que-transexuais-tenham-direito-a-mudar-nome-e-sexo-no-registro-civil>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria-Geral da República. Transexuais têm direito a mudar nome e sexo no registro civil mesmo sem cirurgia, defende PGR. **MPF**, 07 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/transexuais-tem-direito-a-mudar-nome-e-sexo-no-registro-civil-mesmo-sem-cirurgia-defende-pgr>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

MOSCHETTA, Sílvia Ozelame Rigo. **Homoparentalidade**: direito à adoção e reprodução humana assistida por casais homoafetivos. 2.ed.com as decisões do STF (ADPF 132/08 e ADIN 4.277/09). Curitiba: Juruá, 2011.

MOTA, Jessica. Transfobia: um tapa na cara. **Carta Capital**, 15 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-tapa-na-cara-5322.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

MURTA, Daniela. "Entre o transexualismo verdadeiro" e a diversidade da experiência trans: uma discussão crítica sobre a produção da identidade transexual universal. In: SILVA, Daniele Andrade da; HERNÁNDEZ, Jimena de Garay, SILVA JÚNIOR, Aureliano Lopes, UZIEL, Anna Paula (Orgs.). **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate**. Organização de Daniela Andrade da Silva et al. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

OPPERMANN, Marta Cauduro; ZENEVICH, Leticia. O direito constitucional do transexual à alteração do sexo constante no registro civil sem a realização da cirurgia. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p.585-598.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL TRANSGENER EUROPE. **Legal Gender Recognition**: Change of name. Disponível em: <<http://transrespect.org/en/map/legal-gender-recognition-change-of-name/>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL TRANSGENDER EUROPE. **TMM Idahot Update 2015**. Disponível em: <<http://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. **Conflito Negativo de Competência 801877-1**. Relator: Antonio Domingos Ramina Junior. Julgamento: 02/08/2011. Órgão Julgador: 11.^a Câmara Cível em Composição Integral. Publicação: 04/08/1011.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. **AC 1091.843-7**. Relator: Renato Lopes de Paiva. Julgamento: 02/07/2014. Órgão Julgador: 11.^a Câmara Cível. Publicação: 25/07/2014.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. **AC 350.969-5**. Relator: Rafael Augusto Cassetari. Julgamento: 04 jul. 2007. Órgão Julgador: 12.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 7411.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Família, direitos humanos, psicanálise e inclusão social. In: GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha; MADALENO, Rolf. **Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 155-161.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos: Desafio da Ordem Internacional Contemporânea. In: PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direitos Humanos: Volume I**. 1.ed. Curitiba: Juruá Editora, 2011. p. 16-37.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70018911594**. Relator: Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. Julgamento: 25/04/2007. Órgão Julgador: 7.^a Câmara Cível. Publicação: 03/05/2007.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70071179899**. Relator: Jorge Luís Dall'Agnol. Julgamento: 09 nov. 2016. Órgão Julgador: 7.^a Câmara Cível. Publicação: 10 nov. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70057414971**. Relator: Rui Portanova. Julgamento: 05 jun. 2014. Órgão Julgador: 8.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 09 jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70065879033**. Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro. Julgamento: 26 ago. 2015. Órgão Julgador: 7.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 02 set. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70067669895**. Relator: Rui Portanova. Julgamento: 03 mar. 2016. Órgão Julgador: 8.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 07 mar. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70030772271**. Relator: Rui Portanova. Julgamento: 16 jul. 2009. Órgão Julgador: 8.^a Câmara Cível. Publicação: DJ. 23/07/2009.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70064914047**. Relator: Sandra Brisolara Medeiros. Julgamento: 26 ago. 2015. Órgão Julgador: 7.^a Câmara Cível. Publicação: DJ. 08/09/2015.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70072867252**. Relator: Luiz Felipe Brasil Santos. Julgamento: 25/05/2017. Órgão Julgador: 8.^a Câmara Cível. Publicação: DJ 31/05/2017.

SANCHES, Patricia Corrêa. Mudança de nome e de identidade de gênero. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p.559-584.

SCHIOCCHET, Taysa; LAZZARETTI, Bianca Kaini. Dna Databases for Criminal Prosecution Purposes: An Analysis of the Privilege against Self-incrimination from Jurisprudence of the Brazilian Higher Courts. In: CONGRESSO DO MESTRADO EM DIREITO E SOCIEDADE DO UNILASALLE, 2015, Canoas. **Anais...** Canoas, RS, 2015.

STOP TRANS PATHOLOGIZATION (STP). Disponível em: <<http://www.stp2012.info/old/pt>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia. **STJ**, 09 maio 2017. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia>. Acesso em: 15 out. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Supremo inicia julgamento de ADI sobre alteração de registro civil sem mudança de sexo. **Notícias STF**, 07 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=346000>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/>>. Acesso em: 06 out. 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/busca/search>>. Acesso em: 06 out. 2017.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Transexualidade. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 541-558.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The 11th Revision of the International Classification of Diseases (ICD-11) is due by 2018!** Disponível em: <<http://www.who.int/classifications/icd/revision/en/>>. Acesso em: 07 nov. 2017.